



21 DE JULHO DE 2016

Quinta-feira

- MDIC 'LIMPA GAVETAS' E LIBERA 226 EX-TARIFÁRIOS E ANTIDUMPING A PRODUTOS CHINESES
- BRASIL QUER 'CORRIGIR' RELAÇÃO COM A CHINA
- CAMEX DECIDE APLICAR SOBRETAXA SOBRE IMPORTAÇÕES DE TUBOS DE AÇO DA CHINA
- PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO DA VALE CAI 2º TRI POR DECISÕES ESTRATÉGICAS
- PROBLEMAS EM GRANDES EMPRESAS AFETAM BALANÇOS DE BANCOS BRASILEIROS
- PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS TROCAM CONCESSIONÁRIAS POR MERCADO LIVRE DE ENERGIA
- 3 EMPRESAS DO PARANÁ ESTÃO ENTRE AS 100 MAIS INOVADORAS DO PAÍS
- BRASIL É O SEGUNDO PAÍS COM MAIS FRAUDES EM CARTÕES, DIZ PESQUISA
- INVESTIMENTO MUNDIAL EM ENERGIA LIMPA RECUA EM 2016
- GOVERNO ADIA DECISÃO DE CONTINGENCIAMENTO DE R\$ 20 BILHÕES NO ORÇAMENTO
- TESOURO LANÇA GLOBAL 2047 E OFERECE RENDIMENTO ACIMA DE 6%
- BANCO CENTRAL DECIDE MANTER TAXA BÁSICA DE JUROS EM 14,25% AO ANO
- PARA PADILHA, TEMER VÊ COM "BONS OLHOS" REDUÇÃO DOS JUROS
- BRASIL TEM A MAIOR TAXA DE JURO REAL DO MUNDO
- FGTS REGISTRA RESULTADO POSITIVO DE R\$ 13,3 BILHÕES EM 2015
- MAIA QUER VOTAR NESTE ANO PROPOSTA QUE FAZ ACORDO PREVALECER SOBRE CLT
- EM JUNHO, 14 ACORDOS COLETIVOS LEVARAM À REDUÇÃO DE JORNADA E DE SALÁRIOS
- PROGRAMA DE PROTEÇÃO FOI USADO APENAS EM UM TERÇO DOS ACORDOS DE REDUÇÃO DE JORNADA
- ARTIGO: SAI A CLT, ENTRA O QUÊ?
- 'NÃO EXISTEM EMPRESÁRIOS QUE QUEREM SE APROVEITAR DE TRABALHO BARATO', DIZ PRESIDENTE DA CNI

- EM SEU 1º COPOM, NOVA DIRETORIA DO BC MANTÉM JUROS EM 14,25% AO ANO
- TRABALHADORES CRITICAM MANUTENÇÃO DA SELIC
- CNI DIZ QUE MANUTENÇÃO DA TAXA SELIC É ENTRAVE À ATIVIDADE
- ARTIGO: COPOM: PEDIR SEMPRE PODE, O DURO É AGUENTAR A RESPOSTA
- CHEQUES HONRADOS ALCANÇAM 97% NO PRIMEIRO SEMESTRE
- CONSUMO CONTINUA EM QUEDA, APESAR DA MELHORA NAS EXPECTATIVAS
- MOODY'S ALERTA PARA VULNERABILIDADE DE EMERGENTES POR AUMENTO DE DÍVIDA EXTERNA; DESTACA BRASIL
- TRIBUNAIS TRABALHISTAS REVERTEM ATÉ 78% DAS DISPENSAS POR JUSTA CAUSA
- VOLKSWAGEN TEM LUCRO ACIMA DO ESPERADO, MAS TEM NOVO IMPACTO COM ESCÂNDALO DIESELGATE
- FMI VÊ CRESCIMENTO DO PIB EM 2017 MESMO COM DESEMPREGO ELEVADO
- EVONIK INAUGURA SUA 1ª FÁBRICA DE SÍLICA NO BRASIL
- EMPRESA RECEBE APORTES MILIONÁRIOS PARA CRIAR "WAZE DOS CARROS AUTÔNOMOS"
- TESLA PREPARA NOVO PLANO ESTRATÉGICO DE PRODUTO
- EMPRESA CRIA INTERFACE NA NUVEM PARA AUTÔNOMOS
- Ociosidade tem novo recorde nas autopeças
- LUCRO DA DAIMLER SOBE 7%, PARA 2,4 BILHÕES DE EUROS
- GM ELEV A PERSPECTIVA DE LUCRO ANUAL APÓS FORTE RESULTADO DO 2º TRIMESTRE
- SOFTBANK ANUNCIA COMPRA POR US\$ 32 BILHÕES DA CRIADORA DE CHIPS ARM
- DASSAULT SYSTÈMES E GRUPO AIRBUS EXPANDEM COLABORAÇÃO PARA MANUFATURA ADITIVA
- IDEIAS DE FUNCIONÁRIOS GERAM ECONOMIA PARA EMPRESAS DE SC
- 'EMPRESAS EXIGIRÃO QUE RIVAIS SIGAM AS LEIS', DIZ ESPECIALISTA

CÂMBIO		
EM 21/07/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,268	3,269
Euro	3,599	3,601

Fonte: BACEN

MDIC 'limpa gavetas' e libera 226 ex-tarifários e antidumping a produtos chineses

21/07/2016 – Fonte: Paraná Online

Em preparação para a passagem da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex) para o Ministério das Relações Exteriores, o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, assinou nesta quarta-feira, 20, uma série de resoluções que tratam de tarifas de importação e direito antidumping para "limpar a gaveta".

Duas resoluções que reduzem o Imposto de Importação de 226 máquinas e equipamentos para 2% e duas sobre antidumping estão publicadas no Diário Oficial (DOU) desta quinta-feira, 21.

Na área de defesa comercial, foi autorizada a cobrança de uma taxa extra sobre a importação de tubos de aço carbono e de magnésio em pó, ambos da China. Essa taxa, chamada direito antidumping, é aplicada para compensar condições desleais de concorrência, com a venda de produtos a preços menores do que os praticados no mercado de origem.

O direito antidumping foi aplicado a tubos de aço carbono não ligado com a seguinte descrição técnica: sem costura, de seção circular, com diâmetro externo não superior a 374 mm. Esse material é utilizado em indústrias como a automotiva, as usinas de açúcar e álcool, construção civil, e em diversos segmentos da indústria que exijam condução e armazenamento de fluidos.

O direito antidumping será cobrado na forma de alíquota específica, que representa um valor em dólares acrescido ao produto importado. Essa alíquota varia de US\$ 1.009,29 por tonelada a US\$ 1.356,90 por tonelada, conforme o fabricante. A taxa será cobrada por até cinco anos.

O MDIC também prorrogou direito antidumping por até cinco anos às importações brasileiras de magnésio em pó (com o mínimo de 90% de magnésio e 10% máximo de cal) originárias da China. Esse produto é utilizado, principalmente, na indústria siderúrgica, para a dessulfuração do ferro gusa, no processo de fabricação do aço.

Além disso, é empregado na produção de produtos químicos, fogos de artifício, munições e eletrodos de solda. A taxa a ser aplicada é de US\$ 0,99 por quilo do produto vindo da China, para todos os produtores.

Investimentos

Na área de ex-tarifários, que consiste em reduções temporárias do Imposto de Importação para bens de capital, informática e telecomunicações não produzidos no País, foram assinadas duas resoluções que contemplam 226 máquinas e equipamentos. As alíquotas, na maioria entre 14% e 12%, caíram para 2%. Ao solicitarem o ex-tarifário, as empresas informaram ao MDIC que os equipamentos beneficiam investimentos estimados em US\$ 374,5 milhões em todo o País.

Os principais setores beneficiados, em relação à previsão de investimentos, serão: farmacêutico e químico (24,8%); de bens de capital (14%); de autopeças (12,7%); de energia (12%); gráfico (6%); de mineração (5,7%); alimentício (3%); automotivo (2,9%) e médico-hospitalar (2,8 %).

Os bens de capital e equipamentos de informática e telecomunicação sem produção nacional que terão redução de imposto serão importados, principalmente, da Alemanha (51,61%); dos Estados Unidos (20,36%); da Itália (7,36%); da China (4,47%); do Japão (2,9%); da Espanha (2,78%); do Reino Unido (1,99%) e da Holanda (1,69%).

Mercosul

O ministro também assinou resoluções da Camex que incorporam à legislação brasileira normas adotadas no Mercosul. Elas reduzem a 2% a tarifa de importação de tall oil em bruto, utilizado na fabricação de detergentes biodegradáveis, preparações para perfurações de poços de petróleo, resinas para tintas e impressão e outros produtos, antes taxado em 12%.

Também caiu de 16% para 2% a tarifa dos termistores, que são utilizados em circuitos de fonte de alimentação e notebooks, termômetros digitais e outros. Foi reduzida de 14% para 2% a tarifa do Pentaeritritol (pentaeritrita), usado na formulação de tintas e vernizes.

Por outro lado, subiu de 2% para 10% a Tarifa Externa Comum (TEC) do produto "Zeólitas dos tipos utilizados como trocadores de íons para o tratamento de águas", por haver produção local. O produto é utilizado na fabricação de detergentes, antiemectantes e para desidratação de álcool, entre outros fins.

Ainda foram assinadas resoluções que alteram códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), para tornar mais exatas as estatísticas de comércio exterior.

Essas resoluções relacionadas ao Mercosul não vieram no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira, mas devem ser publicadas nos próximos dias.

Brasil quer 'corrigir' relação com a China

21/07/2016 – Fonte: Paraná Online

O governo do presidente em exercício Michel Temer quer rever as relações com a China - maior parceiro comercial do País. Nesta quarta-feira, 20, durante sabatina sobre a política comercial chinesa na Organização Mundial do Comércio (OMC), o Itamaraty apresentou suas queixas ao governo de Pequim e apontou que quer uma nova direção no fluxo de comércio.

A sabatina de governos como o da China ocorreu a cada dois anos, quando as leis do país são examinadas e autoridades têm a oportunidade de questionar as práticas adotadas.

Na intervenção do Brasil, o governo reconheceu que tem uma "parceria estratégica" com Pequim. Hoje, a China é o principal destino das exportações nacionais e o maior fornecedor de bens estrangeiros. Em 2015, ela representava 18,3% do comércio nacional. "O desenvolvimento dessa relação continua sendo uma prioridade-chave em nossa agenda", disse a encarregada de Negócios do Brasil na OMC, Marcia Donner.

Mas a diplomata deixou claro que o momento é de reavaliar o "padrão" dessa relação diante da disparidade entre o que a China exporta e o que compra das empresas nacionais.

"Da perspectiva do Brasil, a assimetria precisa ser corrigida e ações para incentivar a maior diversificação de nossas exportações continuam sendo prioridade-chave para nosso governo", disse. "Nossas complexas economias podem ganhar com o crescimento de cada um de uma forma mais equilibrada."

Na avaliação apresentada pelo Itamaraty, a diversificação das exportações brasileiras para a China "continuam sem uma mudança significativa desde a última revisão na OMC em 2014". "Nossa exportação para a China continua limitada a um número pequeno de commodities, como soja, aço, petróleo", disse a diplomata. Juntos, esses itens representam 75% das vendas nacionais para a China.

Já as importações são "amplamente mais diversificadas, incluindo vários produtos industriais, máquinas elétricas e mecânicas, produtos químicos, aço, plástico e siderurgia". O governo brasileiro também fez questão de apontar para a onda de investimentos chineses no País nos setores de finanças, infraestrutura, telecomunicações, eletricidade e ferrovias.

Mesmo na agricultura, o Brasil se queixa de barreiras. Segundo o governo, existem várias licenças ainda não aprovadas para a exportação de carne de frango e suína que merecem ser "avaliadas com urgência".

Aço

Outro setor delicado é o do aço. Nas últimas semanas, produtores de todo o mundo têm atacado a produção em excesso da China, levando à queda dos preços internacionais.

"Isso está criando tensões que precisamos lidar com um diálogo global para que haja um ajuste estrutural pelos maiores produtores do mundo", defendeu o Brasil. A China indicou que está comprometida em reduzir sua capacidade de produção até 2020 e, no que se refere às demandas brasileiras, prometeu dar uma resposta.

Mas o vice-ministro do Comércio do país, Wang Shouwen, alertou a comunidade internacional que sua economia vive um "novo normal", com uma taxa de crescimento que não atinge mais os 9,0%, mas sim uma média de 6,5% e 7,0%. "Passamos para uma taxa alta para moderadamente alta", disse. Segundo ele, isso exige do país um "novo modelo de desenvolvimento".

Mas quem também se queixou foi o governo dos EUA, que afirmou estar "preocupado" com uma possível mudança na postura comercial chinesa diante da queda de crescimento. Para o diplomata Chris Wilson, "à medida que a economia chinesa desacelera, os EUA sentem uma relutância maior de o país manter suas reformas".

"Além disso, cada vez mais empresas americanas expressam preocupação com o ambiente regulatório e de negócios para as empresas estrangeiras", disse.

Assim como o Brasil, os americanos também criticaram o apoio estatal chinês ao setor siderúrgico, além de barreiras para as vendas de diversos produtos e até filmes.

Americanos, europeus e outros governos ainda fizeram um alerta sobre o plano de Pequim conhecido como "Made in China 2025". Pela iniciativa, 70% dos componentes de produtos feitos na China até 2025 terão de ser fabricados localmente. No total, Pequim recebeu dos governos na OMC mais de 1,8 mil perguntas e queixas. O país é hoje o maior parceiro comercial de 120 economias.

Camex decide aplicar sobretaxa sobre importações de tubos de aço da China

21/07/2016 – Fonte: R7

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu aplicar por até cinco anos sobretaxas sobre importações de tubos de aço carbono não ligado e sem costuras produzidos na China, segundo decisão publicada nesta quinta-feira no Diário Oficial da União.

O chamado "direito antidumping definitivo" varia de 1.009,29 dólares por tonelada a 1.356,90 dólares por tonelada.

Segundo o texto, a decisão não se aplica a tubos utilizados em oleodutos e gasodutos ou aos usados para revestimento de poços petrolíferos.

Produção de minério de ferro da Vale cai 2º tri por decisões estratégicas

21/07/2016 – Fonte: R7

A mineradora Vale produziu 86,823 milhões de toneladas de minério de ferro no segundo trimestre do ano, um recuo de 2,8 por cento ante o mesmo período de 2015, informou a brasileira nesta quinta-feira em seu relatório de produção.

A queda ocorreu devido à decisão estratégica de reduzir marginalmente a produção de operações com menor margem e a outras ações, como a paralisação de fornecimento da commodity à Samarco, sua joint venture com a anglo-australiana BHP Billiton.

A Vale confirmou ainda, no documento, que a produção da empresa aponta para uma produção anual no limite inferior da faixa das estimativas originais da companhia.

"Baseados no mesmo critério de otimização de margens, a produção no primeiro semestre de 2016 e o plano para o restante de 2016, ajustado para sazonalidade, indicam uma produção anual no limite inferior da faixa do guidance original de 340-350 milhões de toneladas para 2016", informou a companhia.

Já em relação ao primeiro trimestre do ano, a produção do último período foi 12 por cento maior, devido à sazonalidade e à melhor produtividade no Sistema Norte, disse a Vale.

A produção de Carajás atingiu novo recorde para um segundo trimestre de 36,5 milhões de toneladas no segundo trimestre, alta de 15,5 por cento ante o mesmo período de 2015.

Problemas em grandes empresas afetam balanços de bancos brasileiros

21/07/2016 – Fonte: Jornal Extra/Globo

A sequência de tombos de grandes companhias, como Odebrecht, OAS, Sete Brasil e Oi, aliada à pior recessão da história, já impactou negativamente os balanços de bancos no primeiro trimestre, e as perdas devem aumentar nos próximos resultados.

Um levantamento da agência de classificação de risco Austin Rating mostrou que a rentabilidade de 25 bancos brasileiros, índice que compara o ganho das instituições com o seu patrimônio líquido, recuou de 18,1% de março de 2015 para 13,3% em março deste ano. E o lucro líquido encolheu de R\$ 20,5 bilhões para R\$ 15,7 bilhões.

— Temos um cenário econômico ruim para os bancos. O crescimento do crédito deve ser próximo de zero este ano, e há expectativa de piora na capacidade de pagamento das empresas e das pessoas — avalia Luis Miguel Santacreu, analista de bancos da Austin.

CONCENTRAÇÃO DO SETOR

Os bancos temem a piora e estão se prevenindo. Um levantamento da Fitch Ratings mostrou que, em 2015, as instituições do país separaram R\$ 133 bilhões de suas receitas para fazer frente a calotes, o chamado provisionamento para devedores duvidosos. O valor cresceu 36% no ano passado em relação a 2014.

— A partir de 2014, os bancos brasileiros começaram a aumentar suas provisões por conta da Operação Lava-Jato e da deterioração do risco das empresas envolvidas. No ano passado, com a rápida piora do cenário econômico, a preocupação aumentou, e as provisões foram reforçadas, crescendo 36% — explica Eduardo Ribas, diretor da Fitch Ratings especializado em instituições financeiras.

Segundo Ribas, os principais bancos do país — especialmente os públicos — estavam muito expostos a clientes que eram bons pagadores, mas logo se tornaram um problema. Não esperavam deterioração da capacidade de pagamento tão rápida de grandes empresas, ou os bancos teriam feito provisões ainda maiores. Para a Fitch, se a conjuntura econômica continuar ruim, não se descarta que outras grandes empresas recorram à recuperação judicial, como a Oi. A tele tinha empréstimos totais de R\$ 16,8 bilhões com as instituições financeiras, sendo R\$ 9,6 bilhões só com bancos públicos.

— Os bancos tinham exposição relevante à Oi, o que destaca os potenciais riscos da acentuada concentração enfrentados por um sistema bancário cada vez mais consolidado — diz Ribas.

Uma sinalização de que os bancos podem ser surpreendidos por novos pedidos de recuperação judicial de empresas veio da Serasa Experian. Um levantamento da empresa mostrou que o número de pedidos aumentou 87,6% no primeiro semestre deste ano, ante o mesmo período de 2015. Foram 923 ocorrências, contra 492 em 2015. Segundo a Serasa, a marca foi um recorde desde a criação da Nova Lei de Falências, em 2005.

Os bancos têm interesse em negociar dívidas em atraso, mas isso nem sempre é possível. No caso da Sete Brasil, por exemplo, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander emprestaram juntos cerca de R\$ 14 bilhões à empresa criada para fornecer sondas à Petrobras.

As instituições já tinham sinalizado que aceitariam prorrogar pela sexta vez o vencimento da dívida. A Sete Brasil esperava recursos do BNDES para quitar parte do que deve, mas, com a notícia de que estaleiros contratados por ela estavam sendo investigados na Lava-Jato, a linha de crédito foi fechada. Assim, acabou pedindo recuperação judicial.

Procurados, Santander, Bradesco, Itaú Unibanco e Banco do Brasil não comentaram o aumento do provisionamento. O presidente da Federação Brasileira dos Bancos, Murilo Portugal, disse recentemente que os bancos vêm provisionando para os riscos já existentes, mas também para “possíveis riscos”.

Pequenas e médias empresas trocam concessionárias por mercado livre de energia

21/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Castigadas pelo aumento do preço da energia nos últimos três anos, as pequenas e médias empresas estão abandonando as concessionárias e migrando em massa para o mercado livre de energia.

De janeiro de 2015 para cá, o número de consumidores saltou 81%, considerando as migrações já agendadas para o segundo semestre, que devem resultar em mais de 3.220 consumidores até o fim deste ano – hoje são 2.262. Atualmente, o mercado livre recebe, em média, 100 novos clientes por mês. Nesse ritmo, o número de empresas que negociam a própria energia deve dobrar até o final de 2017, avalia Rafael Carneiro, head de Energia da XP.

Desde que foi criado há 18 anos, esta é a segunda grande onda de migração de consumidores comerciais e industriais para este ambiente de negócios. A primeira ocorreu após o racionamento de 2001, puxada, principalmente, pelas empresas eletrointensivas.

Desta vez, o movimento é liderado por pequenas e médias empresas em fuga das altas tarifas do mercado cativo. "A elevação dos custos do mercado regulado combinada ao momento econômico desfavorável está forçando as empresas a buscarem o mercado livre, que hoje é um mercado sólido e muito atrativo", afirma Carneiro.

Em pouco mais de um ano, o preço da energia negociada no mercado livre caiu, em média, 80% para cerca de R\$ 80 o MW no curto prazo, impactado pela queda no consumo de eletricidade, recuperação do nível dos reservatórios e entrada em operação de novos empreendimentos de geração que elevaram a oferta. Atualmente, o consumidor pode ter, em média, de 25% a 30% de economia na conta de energia em relação às tarifas cobradas no mercado regulado.

A queda no preço da energia é o principal motivo da migração em massa das empresas, mas não é o único. O consumidor livre deixa de pagar as tarifas de energia fixadas pelo governo e passa a negociar contratos de fornecimento diretamente com geradores ou comercializadoras, com preço, prazo e índices de reajuste previamente combinados, explica Cristopher Vlavianos, presidente da Comerc. "Isso dá previsibilidade de custo ao consumidor, que já sabe quanto vai pagar pela energia durante a vigência do contrato, sem surpresas no final do mês".

Busca por fonte renováveis é a que mais cresce

Com uma boa gestão da conta, quem vai para o mercado livre dificilmente volta para o cativo. Hoje, o ambiente de contratação livre concentra 25% de todo o consumo de energia do país, mas tem potencial para 48%, segundo a Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel).

O maior índice de crescimento é o de consumidores especiais – com demanda entre 500 kW e 3.000 kW – que contratam eletricidade gerada por fontes renováveis de energia, como eólica, solar, biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). A participação desse grupo deve passar dos atuais 3% para 16%.

Já os consumidores livres eletrointensivos, que hoje respondem por 22% do mercado, crescem em um ritmo menor, mas podem elevar sua participação a 29% até o final deste ano. De acordo com a Abraceel, apenas 15 mil das 330 mil indústrias brasileiras com potencial estão no mercado livre. Em relação ao consumo, o impacto dessa onda de migração tende a ser menor, já que 60% desses clientes consomem até 500 kW.

Liberdade de escolha

Em alguns países, até os consumidores residenciais têm a opção de escolher de quem vão comprar a energia que consomem. É o caso da Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Austrália e Coreia do Sul. Nos Estados Unidos, em 22 estados os consumidores são livres para escolher seu fornecedor de energia.

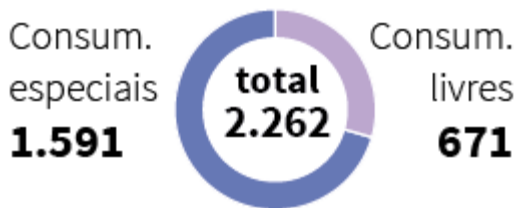
No Texas, por exemplo, o consumidor pode acessar no site uma lista de geradoras e comercializadoras de energia aptas a atender a sua residência. Além de preço, tempo do contrato e ciclo de pagamento, o consumidor pode escolher o percentual de fontes renováveis que vai consumir. Também pode trocar de fornecedor se assim preferir. Nestes casos, as distribuidoras atuam apenas no gerenciamento da rede de distribuição.

ADESÃO CADA VEZ MAIOR

Depois das empresas eletrointensivas, após o racionamento de 2001, agora são as pequenas e médias que estão fugindo das tarifas elevadas do mercado regulado.

A fatia de cada um

Em maio de 2016



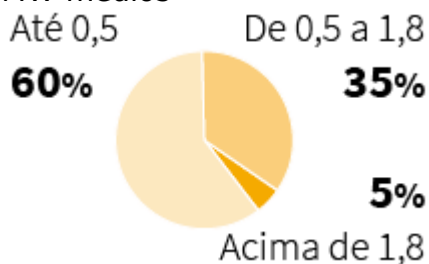
Processos de adesão abertos)

Em maio de 2016



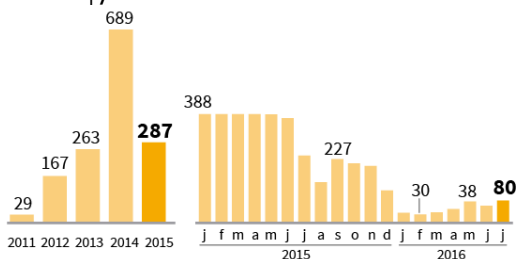
Perfil de consumo

Em MW médios



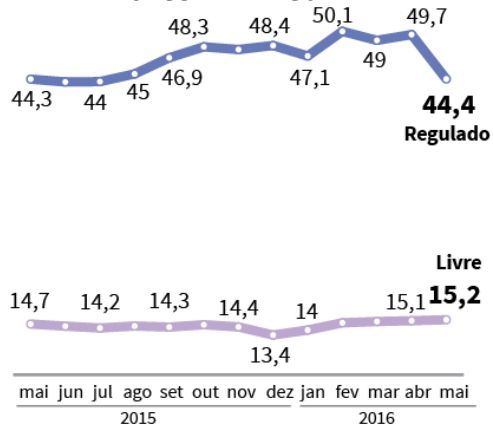
Preço médio no mercado livre

Em R\$/MWh



Consumo de energia no mercado livre X regulado

Em milhares MWmed



Diferença média de preços entre mercado livre e cativo

Média entre janeiro e maio de 2016, em R\$/MWmedios

	Cativo	Livre	Difer. (%)	
Copel (PR)	443	234	-49	
Celesc (SC)	428	238	-46	
CPFL Paulista (SP)	433	279	-44	
Ampla (RS)	511	332	-42	
Cemig (MG)	441	297	-41	
Coelba (BA)	392	267	-41	
Eletropaulo (SP)	375	269	-40	
Amazonas (AM)	376	246	-37	

Fonte: CCEE e COMERC. Infografia: Gazeta do Povo.

Rede Deville projeta economia de R\$ 1,8 milhão com migração

Em busca de economia, a rede de Hotéis Deville engrossou o movimento de migração de empresas para o mercado livre de energia. Após nove meses do início do processo, oito dos nove hotéis da rede passaram, desde o início de julho, a ter sua demanda energética suprida pelo mercado spot, por meio de um contrato de quatro anos e meio com a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Energia). A última unidade – a de Curitiba – está em fase final de migração.

Entre a elaboração e execução do projeto, além de custos com materiais e mão de obra, a rede investiu em torno de R\$ 300 mil para levar seus hotéis para o mercado livre, mas estima que a mudança permitirá uma redução de custo anual estimada em R\$ 1,8 milhão, considerando a vigência da bandeira verde.

“Em um cenário de bandeira vermelha, a economia pode chegar a R\$ 2,5 milhões”, detalha o gerente de Manutenção e Patrimônio da Rede Deville, Alan Nogueira dos Santos. Em termos percentuais, a economia chega a 37%.

Além de consumir apenas energia de fontes renováveis, a ida para o mercado livre permitiu que empresa aposentasse os geradores a diesel, que eram usados três horas por dia, todos os dias, no horário de pico.

Segundo maior custo da rede, atrás apenas das despesas com a folha de pagamento dos funcionários, a energia consome cerca de 5% da receita total da empresa, custo que agora deve recuar. “Comprar energia no mercado cativo custaria quase o dobro do que pagamos agora por cada megawatt-hora. É uma conta que o investidor precisa olhar”, diz Santos.

3 empresas do Paraná estão entre as 100 mais inovadoras do país

21/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Três empresas paranaenses entraram no ranking das mais inovadoras do país elaborado pelo jornal *Valor*, em parceria com a Strategy&, consultoria de estratégia do grupo PwC. A listra traz 100 companhias brasileiras e foi feita com a aplicação de uma metodologia que combina uma avaliação das práticas internas das empresas e a percepção do mercado a respeito de sua postura inovadora.

O ranking é liderado pela Embraer, a fabricante de aviões com sede em São José dos Campos. Ela mantém 200 funcionários focados em inovação, tem 50 parcerias de pesquisas e 533 patentes depositadas no Brasil e no exterior. Ela é seguida pela

multinacional 3M, Natura e Whirlpool, que tem sede em Joinville e foi a melhor avaliada entre as companhias com sede na Região Sul.

Veja a seguir as empresas paranaenses no ranking:



- 1. Grupo Boticário:** Foi a sexta colocada no ranking. Com sede em São José dos Pinhais, a empresa de cosméticos tem hoje 230 funcionários voltados para a pesquisa e desenvolvimento, nove parcerias com outras instituições e 24 patentes depositadas.



- 2. Electrolux:** A empresa de origem Sueca ficou na 32ª colocação. Ela tem duas fábricas em Curitiba, onde também mantém um centro de design, aberto em 1996, que conta com mais de 50 funcionários.



- 3. Prati-Donaduzzi:** A indústria farmacêutica paranaense ficou na 60ª colocação. Ela foi fundada em Toledo em 1993 e se tornou líder na produção de genéricos no país. A empresa tem um centro de pesquisas e está investindo na produção de medicamentos biotecnológicos e nutracêuticos.

Brasil é o segundo país com mais fraudes em cartões, diz pesquisa

21/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Comportamentos de risco, como deixar o celular desbloqueado ou anotar e carregar a senha do cartão de débito na carteira, contribuíram para que o Brasil alcançasse a segunda colocação no ranking dos países que mais sofreram fraudes com cartões de crédito, débito e pré-pago este ano, atrás apenas do México.

De acordo com a pesquisa Global Consumer Card Fraud 2016, 49% dos brasileiros disseram ter sofrido algum tipo de fraude com cartões nos últimos cinco anos. Em 2014, quando a última pesquisa foi feita, o país estava na 8.ª posição.

Nas Américas, foram levantados dados dos comportamentos de risco dos usuários de cartões no Brasil, Estados Unidos, Canadá e México. Em todas as situações, os brasileiros apresentaram o maior percentual de "comportamento de risco". Por

exemplo, 11% disseram que respondem a e-mails ou telefonemas pedindo dados bancários. No Canadá, apenas 5% dos entrevistados apresentam esse comportamento e 8% nos Estados Unidos.

No Brasil, 15% dos entrevistados afirmaram anotar e levar na carteira a senha do cartão, contra 7% no Canadá e 12% no México. Outros 22% de brasileiros entrevistados pela pesquisa disseram que usaram o banco on-line ou fizeram compras on-line sem softwares de segurança ou em computadores públicos. Nos EUA, apenas 14% dos entrevistados têm esse comportamento de risco.

Outros 27% dos entrevistados no Brasil revelaram deixar o celular desbloqueado quando não o estão usando (20% nos EUA) e 23% afirmaram jogar papéis ou documentos com número de conta bancária no lixo (23% também no México).

“Comportamentos arriscados têm relação direta com o aumento das fraudes”, diz Ben Knieff, analista sênior de pesquisa do Aite Group, empresa que em parceria com a ACI, companhia global de soluções de pagamentos e serviços bancários eletrônicos, realizou o levantamento.

A pesquisa foi feita em 20 países com 6 mil entrevistas e 54% dos consumidores apresentaram ao menos um comportamento arriscado, contra 50% em 2014. Entre essas pessoas, 58% já sofreram fraude. Além do comportamento de risco dos usuários, o levantamento mostra que falhas de segurança também foram responsáveis pelo aumento das fraudes.

No segmento financeiro, de acordo com o levantamento, ocorreram 2.260 violações de dados confirmadas só em 2015. Mesmo com adoção de medidas de segurança pelos bancos e comerciantes, além do uso do cartão com chip, as fraudes de cartões seguiram em crescimento em grande parte do mundo.

Investimento mundial em energia limpa recua em 2016

21/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Vai ser difícil bater o investimento recorde em energia limpa realizado em 2015 em todo o mundo. Depois de um ano de ouro para as fontes renováveis, 2016 começou com menos entusiasmo no setor.

Nos primeiros seis meses deste ano foram investidos US\$ 116 bilhões, cerca de 23% abaixo do volume aplicado no mesmo período do ano passado, segundo levantamento da Bloomberg New Energy Finance (BNEF). Os investimentos em energia limpa em 2015 somaram US\$ 348,5 bilhões.

No segundo trimestre deste ano, os desembolsos com energia limpa somaram US\$ 65 bilhões, 12% acima do resultado dos três primeiros meses do ano, mas 32% abaixo dos US\$ 90 bilhões empenhados nessa área no mesmo período de 2015. As maiores ofertas de financiamento de ativos entre abril e junho deste ano foram em energia eólica offshore na Europa.

Em todas as regiões houve retração dos investimentos em fontes renováveis, com exceção da Europa e do Brasil, onde os investimentos foram positivos. No primeiro semestre, os desembolsos na Europa avançaram 4%, para US\$ 33,5 bilhões.

O Brasil liderou o crescimento proporcional, com alta de 36% nos desembolsos para energia limpa, para US\$ 3,7 bilhões.

Campeã de investimentos em energia limpa em 2015, a China pisou no freio. Os recursos aplicados em fontes renováveis caíram 34% no país asiático, somando US\$ 33,7 bilhões. No ano passado, a China investiu US\$ 102,9 bilhões, um terço do total global. Nos Estados Unidos, os investimentos somaram US\$ 23,2 bilhões, retração de 5%.

Outro aspecto que contribuiu para o declínio dos investimentos globais até agora o avanço expressivo da energia solar. Segundo o levantamento do BNEF, os painéis fotovoltaicos ficaram mais baratos em muitos países, mas tem havido uma troca de projetos de pequena escala (relativamente mais caros em termos custo-benefício) para projetos de maior escala, mais baratos em termos de investimentos.

Olhando para os investimentos concretizados no primeiro semestre deste ano, o recorde de 2015 dificilmente será superado, pelo menos não em 2016, afirmou Michael Liebreich, presidente do conselho consultivo da Bloomberg New Energy Finance. Segundo ele, os investimentos da China em energia eólica e solar no ano passado superaram em muito o previsto, elevando o montante aplicado globalmente a um patamar muito alto.

Governo adia decisão de contingenciamento de R\$ 20 bilhões no Orçamento

21/07/2016 – Fonte: Correio Braziliense



A guerra entre as áreas política e econômica do governo está cada dia mais evidente. Um dia depois de a equipe do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ter conseguido adiar por 15 dias o anúncio de um pacote de estímulos ao crescimento, defendido pelo grupo político, decidiu repensar a necessidade de contingenciamento extra de R\$ 20 bilhões, que seria anunciado amanhã, durante o relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas.

Ontem, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou que não haveria corte adicional. A decisão de não mexer no Orçamento, segundo a Fazenda, foi de Meirelles, que preferiu esperar a evolução das receitas. Para ele, as condições macroeconômicas, os indicadores de confiança e os prêmios de risco para os títulos públicos brasileiros mostraram melhora e, seria muito ruim para o governo que, na revisão de setembro, houvesse necessidade de descontingenciar recursos.

Para a equipe econômica, é mais prudente esperar até 31 de agosto, quando deverão ser anunciadas as medidas de aumento de receita extraordinárias de R\$ 55 bilhões previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, para ter uma ideia melhor se haverá necessidade de corte.

Pelos cálculos da equipe econômica, existe uma margem de R\$ 18 bilhões no Orçamento para absorção de riscos fiscais, ou seja, para cobrir despesas adicionais, como os recursos direcionados para o estado do Rio de Janeiro.

Em maio, ao conseguir a aprovação da alteração da meta fiscal da LDO deste ano para um rombo de até R\$ 170,5 bilhões, o governo do presidente interino, Michel Temer,

suspendeu o corte adicional de R\$ 21,2 bilhões, que estava previsto pela equipe da presidente afastada, Dilma Rousseff. Em março, foi anunciado um contingenciamento de R\$ 24,3 bilhões.

Contradição

Na avaliação do economista Bruno Lavieri, sócio da 4E Consultoria, se autorizasse um contingenciamento agora, Temer daria sinais ainda mais contraditórios em relação ao compromisso com o ajuste fiscal. "Um corte no momento atual poderia indicar que já admite que essa meta de deficit de R\$ 170,5 bilhões não seria cumprida", comentou.

Para ele, o governo precisará de mais medidas além da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria um limite para os gastos públicos pela inflação do ano anterior, para melhorar o resultado primário das contas públicas. "Na prática, o governo ainda não fez um esforço muito grande para compensar a queda da arrecadação e mostrar que está realmente comprometido com o ajuste fiscal e, para isso, será inevitável que aumente impostos", criticou.

Lavieri afirma que, para viabilizar a securitização da dívida e a privatização propostas pelo governo, será preciso reduzir os juros de longo prazo que estão em torno de 7% em termos reais. E isso passa pelo ajuste fiscal.

Tesouro lança Global 2047 e oferece rendimento acima de 6%

21/07/2016 – Fonte: Exame

Brasília/São Paulo - O Tesouro Nacional informou nesta quinta-feira que está fazendo nova captação externa, com o lançamento do Global 2047, denominado em dólares, com vencimento em 21 de fevereiro de 2047, na primeira operação do tipo sob o governo do presidente interino Michel Temer.

De acordo com uma fonte com envolvimento na transação, o governo brasileiro está oferecendo aos investidores um rendimento pouco acima de 6 por cento pelo Global 2047.

Segundo o comunicado do Tesouro, a emissão será liderada pelos bancos Deutsche Bank, HSBC e Goldman Sachs. O título será emitido no mercado global e o resultado será divulgado ao final desta quinta-feira.

Esta é a segunda vez no ano em que o governo acessa o mercado externo, após investida em março, ainda sob o governo da presidente afastada Dilma Rousseff.

Na investida anterior, o Brasil emitiu 1,5 bilhão de dólares em bônus de 10 anos, com rendimento de 6,125 por cento, na primeira captação externa após o país ter perdido seu grau de investimento pelas principais agências de classificação de risco.

Técnicos do Tesouro já vinham pontuando que uma nova emissão seria possivelmente feita neste ano, não por necessidade de caixa, mas para prover referência de preço ao mercado.

Segundo uma fonte do Ministério da Fazenda com conhecimento direto do assunto, a emissão de agora vem na esteira de uma melhora "muito profunda" do mercado em relação ao fim do ano passado.

"O Global 45, antiga referência (de bônus de 30 anos), estava sendo transacionado em 22 de dezembro com rendimento de 8,706 por cento ao ano. Este mesmo título está sendo transacionado a 5,643 por cento ao ano neste exato momento.

Isso dá uma dimensão do quanto o momento para captação no Brasil melhorou muito, em particular neste último mês", disse.

Entre os motivos para tanto, ele apontou a presença de menos incertezas sobre o ajuste no curtíssimo prazo na política monetária nos Estados Unidos e uma boa vontade dos investidores com o Brasil diante das expectativas de melhor controle das contas públicas sob a gestão Temer.

Banco Central decide manter taxa básica de juros em 14,25% ao ano

21/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central anunciou há pouco a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 14,25% ao ano, conforme esperado pelo mercado. Todos os 38 economistas e instituições consultados pela agência internacional Bloomberg previram a Selic estável nesta reunião. É a oitava vez consecutiva em que o Copom decide que a taxa deve permanecer inalterada.

Foi a primeira reunião sob o comando do novo presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, empossado no mês passado. No fim de junho, em sua primeira entrevista após a assumir a presidência do Banco Central, Ilan afirmou que o governo está criando as condições para que seja possível reduzir a taxa básica de juros.

Ilan afirmou, naquela ocasião, que as mudanças propostas pelo governo na economia, o que inclui medidas fiscais, podem contribuir para uma queda mais rápida da inflação. No Relatório Trimestral de Inflação, divulgado no mesmo dia da entrevista, o BC afirmou que adotará as medidas necessárias para colocar a inflação na meta de 4,5% em 2017 e que não trabalha com a hipótese de corte de juros neste momento.

A inflação, no entanto, vem dando sinais de desaceleração. O IPCA de junho ficou em 0,35%, abaixo da verificada em maio, quando o o indicador oficial de inflação do país foi de 0,78%.

O último Boletim Focus, elaborado pelo BC, deixou inalterada em 7,26% a projeção do mercado para a inflação neste ano, mas melhorou a expectativa para 2017, que caiu de 5,40% para 5,30%.

Conforme o levantamento, a perspectiva de economistas e instituições financeiras para a taxa de juros foi mantida em 13,25% neste ano e em 11% em 2017.

Para Padilha, Temer vê com "bons olhos" redução dos juros

21/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse nesta quarta (20) que o presidente interino Michel Temer vê com "bons olhos" a redução da taxa Selic (taxa básica de juros da economia), mas que a palavra final é do Banco Central. Padilha também

afirmou que o governo esgotará todas as alternativas para não haja novo contingenciamento (bloqueio) de recursos. As informações são da Agência Brasil.

“Se analisarmos todos os indicadores, vamos ver que os economistas do Brasil estão mostrando que teremos forçosamente uma queda nos juros. Também isso agrada ao presidente, e ele vê com bons olhos, se nós pudermos, mas teremos que respeitar por inteiro a autonomia do Banco Central, corresponder a essa expectativa, inclusive dos profissionais do setor. São os economistas e as agências de avaliação que estão dizendo que o juro vai cair. O presidente vê com muito bons olhos, mas a palavra final é do Banco Central”, reforçou Padilha, em entrevista coletiva no Palácio do Planalto.

Na noite desta quarta (20), será anunciada decisão sobre a taxa Selic, na primeira reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) sob o comando do novo presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn.

Instituições financeiras consultadas pelo Banco Central esperam pela manutenção da Selic em 14,25% ao ano, na reunião desta semana do Copom. Porém, até o final do ano, a expectativa é de redução da taxa básica. De acordo com as projeções, ao final de 2016, a Selic estará em 13,25% ao ano. Em 2017, a expectativa é de mais cortes na taxa Selic, que encerrará o período em 11% ao ano.

Padilha ressaltou que a equipe econômica não trabalha no momento com a possibilidade de novo contingenciamento. “O governo trabalha nos seus limites mínimos, mas, por certo, temos gorduras em determinadas áreas em que pretendemos incrementar os trabalhos, fazer mais com menos. Isso seria fundamental para que não tivéssemos novos contingenciamentos. O governo esgotará todas as alternativas para não haja contingenciamento.”

Em reunião para discutir medidas de estímulo à retomada do crescimento econômico do país, o presidente interino Michel Temer e ministros analisaram nesta terça (19) cenários e números da economia. Temer determinou que o núcleo econômico volte a se encontrar em 15 dias.

O governo Temer trabalha com estimativa de déficit primário de R\$ 170,5 bilhões para 2016. A projeção supera o déficit de R\$ 96,7 bilhões informado em março pela equipe econômica da presidenta afastada Dilma Rousseff.

Brasil tem a maior taxa de juro real do mundo

21/07/2016 – Fonte: Jornal Extra/ Globo

Mesmo com a decisão desta quarta-feira do Banco Central de manter a taxa básica de juros (Selic) em 14,25% ao ano, o Brasil continua sendo o país com os juros reais mais altos entre 40 países pesquisados pelo economista Jason Vieira, da Infinity Asset Management.

O juro real (descontada a inflação) brasileiro está em 8,00% ao ano. Em segundo lugar da listagem está a Rússia, com taxa de 2,98%, na sequência vem a Indonésia, com juro real de 2,38%

Segundo Vieira, o Brasil está no topo do ranking desde 2013, quando o Banco Central iniciou um ciclo de alta de juros. Em seus cálculos, para o país seria da liderança seria necessário um corte de 4,5 pontos percentuais na Selic.

Por um breve período, em dezembro de 2014, a Rússia ocupou o primeiro lugar depois de elevar os juros de 10,5% ao ano para 17%, numa manobra para evitar fuga de capitais. Mas, logo em seguida, o BC russo baixou a taxa e o Brasil voltou a ser o país com o maior juro real.

O ranking dos juros reais

- 1) **Brasil:** 8,00%
- 2) **Rússia:** 2,98%
- 3) **Indonésia:** 2,38%
- 4) **China:** 2,30%
- 5) **Polônia:** 2,06%
- 6) **Índia:** 1,53%
- 7) **México:** 1,31%
- 8) **Filipinas:** 1,08%
- 9) **Tailândia:** 1,00%
- 10) **Singapura:** 0,84%

FGTS registra resultado positivo de R\$ 13,3 bilhões em 2015

21/07/2016 – Fonte: Bem Paraná

O Conselho Curador do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) aprovou nesta quarta (20) o relatório de gestão de 2015 do fundo. Segundo o Ministério do Trabalho, o FGTS teve resultado operacional positivo de R\$ 13,3 bilhões no ano passado, alcançando um patrimônio total de R\$ 457,6 bilhões e patrimônio líquido de R\$ 93,4 bilhões.

As informações são da Agência Brasil. No entanto, ainda falta ser votado o relatório de gestão do FI-FGTS (Fundo de Investimento em Infraestrutura). A assessoria de comunicação do Ministério do Trabalho informou que os conselheiros do FGTS querem, antes, um parecer jurídico sobre a obrigatoriedade de o Conselho do FGTS aprovar as contas do Fundo de Investimento.

Diferentemente dos recursos do FGTS, administrados pelo conselho, os do FI ficam a cargo da Caixa Econômica Federal. Em anos anteriores, o Conselho Curador do FGTS aprovou o relatório de gestão do FI, mas este ano o colegiado questiona se não cabe à própria Caixa encaminhá-lo diretamente ao TCU (Tribunal de Contas da União).

Caso o parecer da assessoria jurídica do Ministério do Trabalho seja para o Conselho Curador apreciar o relatório do FI-FGTS, terá de ser realizada reunião extraordinária, já que o colegiado precisa enviar os relatórios aprovados para validação no TCU até 31 de julho.

Presidido pelo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, o Conselho Curador do FGTS é responsável por direcionar recursos ao financiamento de habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana. Em 2015, foram executados R\$ 65 bilhões do Fundo na área de habitação; R\$ 2,5 bilhões em saneamento básico e R\$ 800 milhões em infraestrutura urbana.

Maia quer votar neste ano proposta que faz acordo prevalecer sobre CLT

21/07/2016 – Fonte: G1

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu nesta quarta-feira (20) a aprovação ainda neste ano pelos deputados de uma proposta que permita que negociações entre empregados e empregadores se sobreponham à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

*Maia deu a declaração em entrevista exclusiva ao **G1** na qual abordou outros temas. A entrevista completa será publicada nesta quinta-feira (21).*

Recentemente, o tema foi objeto de debate na Comissão de Trabalho da Câmara, que discute uma proposta de prevalência de acordos coletivos sobre a lei trabalhista a fim de favorecer acordos extrajudiciais. Centrais sindicais e entidades de classe criticam o

chamado "negociado sobre o legislado" por entenderem que isso resultará em descumprimento de leis trabalhistas.

Se a gente avançar na terceirização no Senado e tratar o negociado sobre o legislado, você já fez muito num tema muito polêmico. Acho que, nesse curto prazo, isso já seria um grande avanço para que o Brasil, para que as empresas pudessem voltar a gerar emprego no Brasil, seria uma boa colaboração do Legislativo brasileiro."

Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara

Nesta terça, o ministro do Trabalho, Ronaldo Fonseca, afirmou durante café da manhã com jornalistas que o governo pretende encaminhar ao Congresso até o fim do ano propostas de reforma trabalhista e para regulamentar o processo de terceirização no país. Segundo o ministro, o projeto de reforma privilegiará a negociação coletiva para tratar de temas como salário e tamanho da jornada dos trabalhadores – indicando que a CLT poderá ser flexibilizada nesse sentido.

Na visão de Rodrigo Maia, a medida representará um "grande avanço" para o Brasil na geração de emprego, assim como a aprovação pelo Senado de um projeto que libera a terceirização para todos os setores.

"Se a gente avançar na terceirização no Senado e tratar o negociado sobre o legislado, você já fez muito num tema muito polêmico. Acho que, nesse curto prazo, isso já seria um grande avanço para que o Brasil, para que as empresas pudessem voltar a gerar emprego no Brasil, seria uma boa colaboração do Legislativo brasileiro", afirmou Rodrigo Maia, eleito na semana passada presidente da Câmara em substituição a Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que renunciou – Maia cumprirá um mandato-tampão até fevereiro de 2017.

O projeto de lei 4193, de 2012, em tramitação na Comissão de Trabalho da Câmara contém o seguinte artigo: "As normas de natureza trabalhista, ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo, prevalecem sobre o disposto em lei, desde que não contrariem as normas de ordem constitucional e as normas de higiene, saúde e segurança do trabalho."

De acordo com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, até o fim do ano o governo enviará ao Congresso propostas para a reforma trabalhista e para regulamentar o processo de terceirização.

"Acho que, se o ministro está defendendo isso, é importante que a gente possa conversar com os líderes e tentar construir essa agenda", disse Rodrigo Maia, que, como deputado, votou a favor da terceirização.

Terceirização

Polêmica, a proposta de terceirização passou na Câmara dos Deputados em abril do ano passado e permite que qualquer atividade seja terceirizada.

Atualmente, uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST) prevê que as empresas só podem subcontratar serviços terceirizados para as chamadas atividades-meio, mas não para as atividades-fim. Ou seja, uma universidade particular pode terceirizar serviços de limpeza e segurança, mas não contratar professores terceirizados.

Pelo projeto aprovado na Câmara e que ainda depende do aval do Senado, essa limitação não existirá mais.

Em junho, 14 acordos coletivos levaram à redução de jornada e de salários

21/07/2016 – Fonte: Jornal Extra/ Globo

O mês de junho contou 267 acordos coletivos que trataram de ajustes salariais, conforme o boletim Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas (Fipe), que analisou 758 negociações com início de vigência em junho. Desses, 14 estabeleceram

redução de jornada acompanhada de redução de salários, sendo apenas quatro apoiados no PPE (Programa de Proteção ao Emprego).

Desde junho do ano passado, 125 dos 474 acordos com redução salarial usaram o PPE. Eles atingem 18 categorias: assessoria, consultoria e contabilidade (-20%), comércio atacadista e varejista (-10,4%), confecções, vestuário, calçados e artefatos de couro (-22,1%), construção civil (-20%), educação, ensino e formação profissional (-25%), fiação e tecelagem (-14,4%), gráficas e editoras (-13,3%), hospitais, casas de saúde e serviços de saúde (-20%), indústria química, farmacêutica e de plásticos (-15%), indústria de alimentos (-12%), indústrias extrativistas (-25%), limpeza urbana, asseio e conservação do meio ambiente (-20%), organizações não governamentais (-14,4%), refeições coletivas (-10%), serviços a terceiros e fornecimento de mão-de-obra (-20%), transporte, armazenagem e comunicações (-20%), telecomunicações, telemarketing, processamento de dados e tecnologia da informação (-20%) e venda, compra, locação e administração de imóveis (-20%).

O boletim, baseado no Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), verificou ainda que a mediana dos ajustes salariais com vigência em junho foi igual à inflação acumulada nos 12 meses anteriores, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (9,8%), tanto nas convenções coletivas como nos acordos coletivos.

Os maiores ajustes salariais reais, nos últimos 12 meses, ficaram com indústria cinematográfica e fotografia e bancários (0,2%). Os maiores recuos foram de extração e refino de petróleo (-3,9%) e empresas jornalística (-2,6%).

No período, a mediana do piso salarial foi R\$1.155, patamar 31,3% acima do salário mínimo (R\$ 880). Nas convenções, o piso mediano foi R\$1.132, enquanto nos acordos, foi R\$ 1.162. A indústria cinematográfica tem o melhor piso, de R\$ 1.420, seguida pela indústria metalúrgica (R\$ 1.243) e reparação de eletroeletrônicos.

Os piores ficam com confecções e vestuários (R\$ 906), administração pública (R\$ 931) e hospitais e serviços de saúde (R\$ 931). Em termos regionais, São Paulo tem o maior piso (R\$ 1.165), seguido por Santa Catarina (R\$ 1.124) e Paraná (R\$ 1.114). Os piores pisos estão no Rio Grande do Norte (R\$ 890), Roraima (R\$ 894) e Piauí (R\$ 910).

Por sua vez, a folha de salários, estimada a partir do volume de depósitos vinculados ao FGTS, somou em abril (último dado disponível) R\$ 97,6 bilhões, cifra 0,6% menor que a observada no mês anterior (R\$ 98,3 bilhões) e 3,9% menor que em abril de 2015 (R\$ 101,6 bilhões).

O valor anualizado da folha salarial de abril é de aproximadamente R\$ 1,17 trilhão. O montante abrange apenas a massa salarial do setor coberto pela CLT, ou seja, não inclui os rendimentos dos funcionários públicos estatutários e dos trabalhadores informais.

Programa de proteção foi usado apenas em um terço dos acordos de redução de jornada

21/07/2016 – Fonte: UOL/BBC Brasil

Entre agosto de ano passado e junho deste ano foram assinados no país 371 acordos de redução de jornada com corte de salários. Do total, apenas um terço foi celebrado no âmbito do Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

A maioria das empresas e sindicatos tem recorrido à Lei 4.923, de 1965, que tem características bastante semelhantes às da iniciativa lançada no ano passado pelo governo federal nesses casos, entretanto, não há aporte do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para cobrir parte do que é descontado da remuneração dos trabalhadores.

Os dados foram compilados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com base nos documentos homologados no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Previdência Social e serão divulgados hoje no boletim "Salariômetro".

De forma geral, a proporção de corte dos salários que vem sendo observada nos acordos neste ano é de 20%, contra 17,2% na mediana de 2015. A indústria metalúrgica continua liderando entre os setores, com 122 termos, de um total de 186 firmados em 2016. No ano passado, com 190 acordos, ela respondeu por 65,9% do total. Há 13 casos registrados na construção civil e outros 19 na indústria química e farmacêutica.

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, afirmou ontem que deseja transformar o PPE em um programa permanente e que incluirá a sugestão na proposta de reforma trabalhista que será enviada ao Congresso até o fim deste ano.

Criado para tentar desacelerar o ritmo de demissões no país, o programa prevê acordos com duração de até 24 meses, com corte de até 30% na jornada e subsídio de até 50% do corte salarial pelo governo. Pelas regras atuais, as empresas poderiam aderir até o fim de 2016 e estender a redução até 2017.

Para o coordenador do boletim, Helio Zylberstajn, a perenização do programa pode ser positiva, mas desde que ele sofra algumas modificações que o tornem menos "restritivo". A exigência de garantia do emprego dos trabalhadores afetados, exemplifica o economista, por um período equivalente ao da vigência do programa, mais um terço, é um dos pontos que hoje contribui para afastar as empresas.

Outras companhias, acrescenta Zylberstajn, não conseguem cumprir as exigências legais, que preveem a participação apenas dos empregadores que comprovarem a regularidade fiscal, previdenciária e relativa ao FGTS.

"Nos outros acordos também há alguma garantia, mas elas são menores", ressalta. No balanço referente a 2015, divulgado no início do ano, as montadoras Volkswagen, MercedesBenz e Ford eram destino de R\$ 91,8 milhões dos R\$ 119,1 milhões em recursos previstos do FAT para complementar os salários dos funcionários, ou seja, 77% do total.

O "Salariômetro" mostra ainda que a proporção de reajustes salariais inferiores à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) segue caindo. Ela chegou a 32,8% em junho, contra 68,8% em janeiro, quando o INPC atingiu o pico de 11,3%.

Pelo quarto mês consecutivo, a mediana das correções empatou com o índice acumulado em 12 meses, 9,8% no mês passado. A massa de rendimentos estimada com base nos depósitos do FGTS continuou em contração, recuando em abril 0,6% em termos reais sobre março.

Artigo: Sai a CLT, entra o quê?

21/07/2016 – Fonte: UOL/BBC Brasil



O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse que o governo Temer vai propor a "atualização" da CLT até o fim do ano. Mexer nas leis trabalhistas é um velho sonho do empresariado, e o novo regime parece disposto a realizá-lo. Falta informar que mudanças serão feitas e quem sairá perdendo com elas.

Nesta quarta (20), o ministro se saiu com uma explicação genérica. "Nós pretendemos aprimorar a CLT, atualizar ela, preservando os direitos fundamentais do trabalhador", disse, em café com jornalistas. Dublê de deputado do PTB e pastor evangélico, Nogueira começou louvando a "generosidade do criador". Depois sugeriu que será generoso com os empregados de carteira assinada. "O trabalhador não vai ter nenhum prejuízo com a atualização", disse.

Como mexer na CLT sem atingir os assalariados? O ministro não explicou a mágica. Disse apenas que buscará "um formato que prestigie a negociação coletiva" sobre a lei em vigor. Num cenário de crise, é difícil imaginar que os interesses dos empregados prevaleçam na negociação.

A CLT preserva alguns entulhos autoritários da ditadura getulista. Um deles é o princípio da unicidade sindical, que já deveria ter sido extinto. Como o governo não toca no assunto, fica a impressão de que seu alvo é o que a lei tem de bom: a garantia de direitos dos trabalhadores.

No início do mês, o presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria) deu pistas sobre os planos do empresariado. "Nós estamos ansiosos para ver medidas muito duras", afirmou Robson Andrade. "No Brasil, temos 44 horas de trabalho semanais. A França, que tem 36 horas, passou agora para 80. (...) O mundo é assim. A gente tem que estar aberto para fazer essas mudanças."

A declaração causou espanto, e a CNI se apressou a dizer que Andrade "jamais defendeu aumento da jornada de trabalho". Se isso é verdade, faltou esclarecer o que ele defende. Neste aspecto, o ministro de Temer também não foi muito original.

(Bernardo Mello Franco - jornalista e editor inerino da seção "Painel" da Folha de S. Paulo).

'Não existem empresários que querem se aproveitar de trabalho barato', diz presidente da CNI

21/07/2016 – Fonte: UOL/BBC Brasil



Trocar 60 por 80 fez o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, ser chamado de "explorador" e até "escravocata" no começo de julho.

Há duas semanas, após uma reunião com o presidente interino Michel Temer e líderes empresariais, Andrade disse a jornalistas que o Brasil deveria "estar aberto" a mudanças na legislação trabalhista. Ele citou o exemplo da França, onde o governo adotou uma reforma no setor.

"A França, que tem 36 horas, passou agora para 80, a possibilidade de até 80 horas de trabalho semanal e até 12 horas diárias", afirmou na ocasião.

Na verdade, a mudança no país europeu prevê 60 horas em casos excepcionais. Logo corrigido pela própria CNI, o equívoco de Braga foi o suficiente para levantar discussão sobre possíveis alterações nas leis trabalhistas e suas consequências.

Na quarta-feira, o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, afirmou que o governo vai enviar ao Congresso até o final do ano três propostas na área, entre elas a atualização

da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A ideia é abrir a possibilidade de flexibilizar jornada e salário.

Em entrevista à BBC Brasil um dia antes do anúncio do ministro, Andrade defendeu a mesma flexibilidade para acordos entre patrões e empregados, onde as duas partes possam acertar as condições do expedi

Sobre a polêmica, Andrade disse que por trás da resistência e das críticas a mudanças nas regras estaria o "corporativismo das centrais sindicais".

Para o presidente da CNI, é uma "visão atrasada" acusar empresários de querer se aproveitar de mão de obra barata. "Hoje você quer pagar bem o trabalhador, porque isso aumenta a produtividade, o interesse, a motivação."

Leia abaixo os principais trechos da entrevista.

BBC Brasil - No começo do mês, após reunião com Temer, o senhor falou da importância de uma reforma trabalhista. Na ocasião, citou o exemplo da França, dizendo que seriam 80 horas semanais de trabalho, quando na verdade eram 60. O senhor foi bastante criticado. Por que há resistência quando se fala em mudar essas regras?

Robson Braga de Andrade - Acho que é o corporativismo das centrais sindicais. Essa é a principal questão. Talvez tenha um viés de setores ligados ao governo passado, que têm uma visão atrasada sobre as relações trabalhistas. Na verdade, aquilo foi uma deturpação das coisas que eu falei.

Quem gera emprego é quem produz, é quem investe. Se você não tiver produção e não tiver investimento, você não gera emprego. Central sindical não gera emprego, justiça do Trabalho não gera emprego e o próprio governo de esquerda não gera emprego.

Quando você tem muitos obstáculos que são colocados para os empreendedores, a tendência é reduzir os empregos e o que nós estamos precisando no Brasil é de motivos para criar empregos, e de qualidade.

O que eu quis mostrar é que o mundo inteiro hoje tem uma relação entre empreendedores e trabalhadores muito mais flexível. Não de tirar benefícios dos trabalhadores, mas de você negociar com o trabalhador, que hoje é uma pessoa preparada, instruída, capaz. E não existem empreendedores hoje que querem se aproveitar do trabalho, de um custo baixo do trabalho. Isso é uma visão atrasada. Hoje você quer pagar bem o trabalhador, porque isso aumenta a produtividade, o interesse, a motivação.

Quis mostrar que países que sempre tiveram uma postura mais rígida sobre a justiça trabalhista, a relação empresa-trabalhador, estão vendo isso de maneira mais flexível. Com a rigidez antiga não conseguem gerar produtividade nem competitividade. Você começa a perder empresas e empregos para outros países que são mais competitivos.

BBC Brasil - É o caso da França, que o senhor citou?

Robson Braga de Andrade - É o caso da França. Então você começa a perder empresas, empregos, para outros países que são mais competitivos. Com a entrada na União Europeia de países como Bulgária e Polônia, onde tem uma qualidade do trabalhador muito bem preparada...

É um trabalhador preparado, mas a relação é mais flexível. Esses países estão atraindo as empresas com muito mais facilidade. Com isso, países como a França e a Espanha começam a rever essa relação entre o empreendedor e o trabalhador.

BBC Brasil - Seria uma tendência mundial, na sua opinião? E no Brasil?

Robson Braga de Andrade - Nós temos no Brasil uma legislação que fala em 44 horas semanais. Acho que essa legislação é adequada. Agora, tem empresas que trabalham menos de 44 horas semanais. Na CNI, trabalhamos 40 horas semanais. As montadoras trabalham menos de 40 horas semanais, mas as produtoras de autopeças trabalham 44. Você não pode ser rígido, tem que ter flexibilidade.

Falam 'não pode terceirizar'. Poxa, mas o mundo inteiro terceiriza. Prevalece o negociado sobre o legislado. Isso quer dizer o seguinte: você valoriza o acordo sindical. Se chamo um sindicato de trabalhadores para negociar com um sindicato de empregadores e eles chegam a um acordo, isso tem que ser respeitado pela Justiça do Trabalho, e a Justiça não respeita.

BBC Brasil - O senhor acha que aumentar a carga horária, como fez a França, é um caminho para sair da crise?

Robson Braga de Andrade - Olha, não analisei o caso da França. Talvez essa mudança tenha servido para eles. Acho que, no caso do Brasil, não faz nenhum sentido aumentar ou diminuir a carga horária.

BBC Brasil - Por que não faz sentido?

Robson Braga de Andrade - Porque nós já temos uma carga horária de 44 horas semanais que é adequada. Agora, o que estou dizendo é que deve haver uma flexibilidade.

Vou te dar um exemplo. Você vai construir uma usina hidrelétrica em Rondônia. E, para essa usina, você precisa de dez mil trabalhadores. Esses trabalhadores são especializados, formados em sondagem, em concreto. Você busca esses trabalhadores em outros Estados e leva para Rondônia.

Você poderia fazer um contrato de trabalho em que eles trabalhassem as 44 horas semanais e poderiam fazer um número de horas extras - hoje o Brasil permite duas por dia, com uma certa limitação por semana. Mas você poderia não ter essa limitação e fazê-los trabalhar mais duas horas por dia, três horas por dia.

Porque esse trabalhador que foi para Rondônia não foi lá para passear, não foi para transferir o domicílio. Ele foi para ganhar dinheiro, guardar dinheiro e trazer o dinheiro de volta para a família. Então, ele não está lá para trabalhar apenas oito horas e trinta. Está para trabalhar dez, doze horas por dia, porque ele foi lá para isso.

A Justiça do Trabalho e o MPT não aceitam esses acordos e isso é um erro. Porque desestimula o trabalho, encarece o custo da obra e traz um retorno negativo para o cidadão, porque encarece a energia, por exemplo.

BBC Brasil - Mas essas instituições zelam por direitos conquistados do trabalhador...

Robson Braga de Andrade - Não acho que deva tirar nenhum benefício do trabalhador, mas acho que tem que ter mais flexibilidade na forma de contratação e no acordo entre o sindicato dos trabalhadores e dos empregadores, e que esse acordo seja respeitado pela Justiça do Trabalho.

BBC Brasil - Na sua opinião, o MPT e a Justiça do Trabalho são instituições que entravam essas relações?

Robson Braga de Andrade - O Ministério Público do Trabalho e a Justiça chegam e dizem 'não aceito esse acordo que foi feito entre os sindicatos'. Isso é um absurdo, não aceitar um acordo entre as partes. Você não está criando nenhuma penalização para o trabalhador.

BBC Brasil - A França, citada pelo senhor, sempre foi conhecida por suas relações trabalhistas avançadas e protetivas dos trabalhadores. No Brasil temos uma cultura de trabalho diferente?

Robson Braga de Andrade - Falei da França porque é um país que sempre esteve na vanguarda das relações trabalhistas e de proteção ao trabalhador. E agora ela está vendo que tem que mudar porque está perdendo mercado e empregos. Mas só citei a França porque foi feita uma mudança recente lá. Não estou dizendo que tenha que ser feito igual na França.

O Ministério Público do Trabalho e a Justiça chegam e dizem 'não aceito esse acordo que foi feito entre os sindicatos'. Isso é um absurdo, não aceitar um acordo entre as partes.

A procura pela competitividade leva as empresas a buscarem automação, processos que usem menos pessoas, e a Justiça acaba levando a esse impedimento, porque vai criando dificuldades e, com isso, você busca soluções independentes.

O que estou dizendo é o seguinte: o Brasil tem uma mão de obra muito boa, o trabalhador brasileiro é uma pessoa fantástica, que veste a camisa da empresa, está sempre disponível, e nós estamos é atrapalhando.

BBC Brasil - Como o senhor vê a atuação das centrais sindicais nesse contexto? Elas têm uma demanda por redução da carga horária de 44 para 40 horas.

Robson Braga de Andrade - Você está insistindo muito na questão de 44 horas, 40 horas, e já falei, não é essa a discussão que queremos. Até porque essa discussão sobre 40 horas, 44 horas, já acabou. As 44 horas estão na Constituição e têm que ser respeitadas.

BBC Brasil - Mas minha pergunta é sobre o papel das centrais sindicais e sua relação com a indústria.

Robson Braga de Andrade - Depende do setor. Acho que tem que haver uma mudança nas centrais sindicais e nos sindicatos, tanto os patronais quanto os dos trabalhadores. Ambos são atrasados.

Tem que haver uma mudança na legislação sindical. Não é possível continuar como estamos. O trabalhador se desinteressa da vida sindical e o empreendedor se desinteressa pela participação na vida sindical do empregador. Os dois tem que ser repensados.

Hoje o Brasil tem 18 mil sindicatos entre trabalhadores e empregadores e tem 2.400 pedidos de novos sindicatos à espera no Ministério do Trabalho para serem homologados. É um absurdo. A Alemanha não chega a 50 sindicatos dos dois lados.

BBC Brasil - Em outras entrevistas, o senhor disse que a iniciativa privada está ansiosa para que o governo adote medidas "duras, modernas e difíceis" para a economia. Quais são elas? O governo já fez alguma?

Robson Braga de Andrade - O que eu quis dizer com medidas mais duras é porque o Brasil precisa fazer uma reforma da Previdência. Isso é uma medida dura. Porque as pessoas colocam assim 'ah, mas vai mexer com o direito do trabalhador'. Vamos mexer com o direito do trabalhador se continuar da forma como está, insustentável. Daqui a quinze anos, não vai ter dinheiro para pagar o aposentado.

As pessoas acham, e isso tem partido das centrais sindicais e dos partidos de esquerda: ah, aumenta o imposto, cria um imposto novo para financiar a Previdência. Se fosse assim, você não precisava cortar nada, é só aumentar o imposto.

BBC Brasil - Nos últimos dois meses, o governo está dando sinais suficientes para o empresário?

Robson Braga de Andrade - Para nós, da CNI, é mais fácil colocar essas necessidades que o país tem: desburocratização, mais segurança jurídica. Agora, para quem está governando, num país democrático, com mais de 30 partidos, você tem que negociar com os partidos, com o Congresso, com os atores da sociedade. Entendo a necessidade dessa negociação, mas também, por outro lado, como empresário, quero ver um ambiente onde eu possa investir mais, gostaria de ver essas coisas mais rápidas.

BBC Brasil - Mais rápido do que estão sendo feitas?

Robson Braga de Andrade - Sendo colocadas na pauta, na agenda do governo, do Congresso, de maneira mais ágil.

BBC Brasil - O senhor fez uma reunião recente com Temer. Como está sendo o diálogo com o interino? Está melhor?

Robson Braga de Andrade - Está, isso eu reconheço. O diálogo que o presidente Michel Temer está desenvolvendo e criando com a sociedade de uma maneira geral...vejo reuniões do presidente com as centrais sindicais, mas também com empresários da indústria, do serviço.

Ele está mostrando uma capacidade muito grande de diálogo e de querer entender quais são as demandas e necessidades de cada setor. Isso é fundamental para colocar o país no rumo certo.

BBC Brasil - No caso da presidente Dilma, havia mais dificuldades nesse contato?

Robson Braga de Andrade - O diálogo no governo passado foi rompido. Não adianta ter diálogo comigo e não ter com o Congresso. Não adianta ter diálogo com as centrais, se não tem com os empresários. Ele tem que ser construído com todos os atores da sociedade e isso o presidente Temer está fazendo.

Em seu 1º Copom, nova diretoria do BC mantém juros em 14,25% ao ano

21/07/2016 – Fonte: G1



O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se reuniu nesta quarta-feira (20) e decidiu manter, pela oitava vez seguida, os juros básicos da economia em 14,25% ao ano - o maior patamar em dez anos. A decisão (*leia a íntegra ao final desta reportagem*) confirmou a expectativa dos analistas do mercado financeiro.

A reunião foi a primeira comandada pelo novo presidente do BC, Ilan Goldfajn, que informou, no fim de junho, que buscará atingir a meta central de inflação de 4,5% em 2017 – o que pressupõe um atraso maior no processo de queda dos juros.

A inflação corrente do país ainda está elevada. Em 12 meses até junho, o índice somou 8,84%, distante do objetivo central de 4,5% para o próximo ano. Economistas das instituições financeiras estimam que o processo de redução dos juros básicos da economia começará mais para o fim deste ano.

No mês passado, Goldfajn explicou que o BC e o governo estão adotando medidas para permitir a queda na taxa de juros no Brasil, mas acrescentou que esse processo tem de ser levado adiante somente quando as condições permitirem que ela ocorra de "forma

responsável", ou seja, de modo que a inflação atinja as metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para 2016 e 2017, o CMN definiu uma meta central de inflação de 4,5% no ano e o Banco Central tem que calibrar a taxa de juros visando cumpri-la. Mas há um limite de tolerância que permite que a meta não seja descumprida mesmo que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, não atinja essa meta central.

Para 2016, a tolerância é de dois pontos percentuais acima do centro da meta. Portanto, se o IPCA ficar em até 6,5% ao final deste ano, a meta não terá sido descumprida. Para 2017, esse teto é de 6%.

Comunicado longo

Após a reunião do Copom, o BC divulgou um longo comunicado. Antes, esse anúncio costumava se resumir a uma frase. A instituição informou que a projeção de inflação para 2017, com juros e câmbio estáveis, indica convergência para o patamar de 4,5%, mas, no cenário de mercado, que pressupõe queda dos juros nos próximos meses, a expectativa para o IPCA ainda está por volta de 5,3% para o ano que vem.

O Comitê informou ainda que identifica os seguintes riscos domésticos para a inflação: ela segue acima do esperado no curto prazo, em boa medida decorrente de preços de alimentos, pode se mostrar persistente; as incertezas quanto à aprovação e implementação dos ajustes necessários na economia permanecem; e um período prolongado com inflação alta e com expectativas acima da meta pode reforçar mecanismos inerciais e retardar o processo de desinflação.

"Por outro lado, os ajustes na economia podem ser implementados de forma mais célere, permitindo ganhos de confiança e reduzindo as expectativas de inflação; e o nível de ociosidade na economia pode produzir desinflação mais rápida do que a refletida nas projeções do Copom", acrescentou o BC.

A alta da taxa de juros é o principal mecanismo usado pelo BC para frear a inflação. Ao subir os juros ou mantê-los elevados, o BC encarece o crédito. O objetivo é reduzir o consumo no país para conter a inflação que tem mostrado resistência.

Entretanto, os juros altos prejudicam a atividade econômica e, conseqüentemente, inibem a geração de empregos. Quando o Banco Central julga que a inflação está compatível com as metas preestabelecidas, pode baixar os juros.

Cenário econômico

A reunião do Copom aconteceu em um ambiente de forte recessão na economia brasileira. Para este ano, a mais recente previsão do mercado financeiro é de um tombo de 3,3% no Produto Interno Bruto (PIB), após um recuo de 3,8% ano passado – o maior em 25 anos.

Embora a queda recente do dólar contribua para impedir uma escalada maior dos preços, a forte deterioração das contas públicas age em sentido contrário. Para este ano, a previsão é de um déficit de R\$ 170,5 bilhões para as contas do governo e, para 2017, a previsão é de rombo de R\$ 139 bilhões. Déficits maiores implicam em mais gastos públicos - que pressionam a inflação.

Por conta disso, essa primeira reunião do Copom chefiada por Ilan Goldfajn foi precedida por ruídos dentro do governo. O presidente em exercício, Michel Temer, declarou na semana passada, em entrevista à GloboNews, que tem pedido à equipe econômica "sobre a possibilidade de reduzir os juros".

Já nesta quarta-feira, o ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou que o presidente em exercício via com "bons olhos" uma eventual redução da taxa de juros por parte do Banco Central. Depois de tudo isso, Michel Temer publicou, em sua página pessoal

no microblog Twitter, uma declaração na qual afirma que a autoridade monetária tem "plena autonomia" para definir o percentual.

Para o economista Alexandre Schwartsman, ex-diretor do BC, é "lamentável" que o presidente da República tenha se juntado ao coro do setor produtivo e dos trabalhadores para pedir redução dos juros. "Deixa o BC fazer o que precisa. Eu não sei onde é que o presidente obteve seu doutorado em economia monetária, mas não foi onde eu estudei", declarou ele.

Durante sabatina no Senado Federal, Goldfajn declarou ser favorável à autonomia do BC e à fixação, no futuro, de mandatos para presidente e diretoria. Sobre mandato para presidente e diretores do banco, Goldfajn disse que é preciso ainda que o país tenha "maturidade" para que isso seja feito no futuro. Na vigência de um mandato, diretores e presidente teriam período fixo de permanência no cargo.

O governo informou que vai propor ao Congresso uma "autonomia técnica" para o Banco Central. O projeto não deve prever mandatos fixos para presidente e diretores da instituição, mas deve garantir foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal (STF) para toda a diretoria do BC.



Novo Banco Central

Com o novo presidente e nova diretoria do BC, a reunião do Copom, colegiado que fixa os juros básicos da economia, trouxe algumas novidades neste mês.

No segundo dia da reunião, quando é definido o patamar da taxa Selic pela diretoria da instituição, o encontro passará a ter início às 14h30 - como ocorreu nesta quarta-feira. Com isso, o resultado acaba sendo divulgado mais próximo das 18h. Pelo formato anterior, a reunião começava perto das 17h e o resultado costumava sair por volta das 20h.

Além disso, a nova diretoria permitiu, em seu primeiro Copom, que a reunião fosse fotografada e filmada logo no seu início, antes das deliberações mais importantes. E o resultado, ou seja, a definição sobre a taxa de juros, passou a ser divulgado somente pela internet. Antes, a assessoria de imprensa do BC lia os comunicados sobre a taxa de juros.

Juros reais mais altos do mundo e poupança

Com a decisão desta quarta-feira, o Brasil permanece na liderança do ranking mundial de juros reais (descontada a inflação prevista para os próximos 12 meses), com uma taxa de 8% ao ano. O ranking é feito pelo MoneYou e pela Infinity Asset Management,

Em segundo lugar aparece a Rússia, com juros reais de 2,98% ao ano, seguida pela Indonésia (2,38% ao ano) e pela China (2,30% ao ano). Na média das 40 economias pesquisadas, a taxa está negativa em 1,5% ao ano.

A decisão do BC sobre a taxa de juros também influencia a rentabilidade da caderneta de poupança. Cálculos da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) apontam que, com os juros básicos atualmente em 14,25% ao ano, as aplicações em renda fixa, como os fundos de investimento, ganham mais atratividade e ganham da poupança na maioria das situações.

A poupança continua atrativa somente para fundos com taxas de administração acima de 2,5% ao ano. Isso ocorre porque o rendimento dos fundos de renda fixa sobe junto com a Selic.

Já o rendimento das cadernetas, quando a taxa de juros está acima de 8,5% ao ano, como atualmente, está limitado em 6,17% ao ano mais a variação da Taxa Referencial (TR).

No primeiro semestre deste ano, por conta do baixo rendimento e do cenário de recessão na economia brasileira, as retiradas de recursos da caderneta de poupança superaram os depósitos em R\$ 42,6 bilhões. Foi a maior perda de recursos para este período desde o início da série histórica, em 1995, ou seja, em 22 anos.

Justificativa

Leia abaixo a íntegra do comunicado do Copom sobre a decisão de manter os juros em 14,25% ao ano.

O Copom decidiu, por unanimidade, manter a taxa Selic em 14,25% a.a., sem viés.

O cenário básico com que o Comitê trabalha pode ser resumido pelas seguintes observações:

O conjunto dos indicadores divulgados desde a última reunião do Copom mostra perspectiva de estabilização da atividade econômica no curto prazo. Entretanto, as evidências sugerem que a economia segue operando com alto nível de ociosidade;

No âmbito externo, o cenário permanece desafiador. No curto prazo, o ambiente encontra-se relativamente benigno para as economias emergentes. No entanto, a dinâmica da recuperação da economia global permanece frágil, com incertezas quanto ao seu crescimento;

As expectativas de inflação apuradas pela pesquisa Focus para 2017 recuaram, mas seguem acima da meta para a inflação, de 4,5%; e

As projeções condicionais do Copom para a inflação permaneceram relativamente estáveis nos horizontes relevantes para a condução da política monetária desde sua última reunião, mas recuaram em relação às projeções divulgadas no último Relatório de Inflação. No cenário de referência, a projeção para a inflação de 2017 encontra-se em torno da meta de 4,5%. No entanto, no cenário de mercado, a projeção para 2017 está em torno de 5,3%.

O Comitê identifica os seguintes riscos domésticos para o cenário básico para a inflação: Por um lado, (i) a inflação acima do esperado no curto prazo, em boa medida decorrente de preços de alimentos, pode se mostrar persistente; (ii) incertezas quanto à aprovação e implementação dos ajustes necessários na economia permanecem; e (iii) um período prolongado com inflação alta e com expectativas acima da meta pode reforçar mecanismos inerciais e retardar o processo de desinflação;

Por outro lado, (iv) os ajustes na economia podem ser implementados de forma mais célere, permitindo ganhos de confiança e reduzindo as expectativas de inflação; e (v) o nível de ociosidade na economia pode produzir desinflação mais rápida do que a refletida nas projeções do Copom.

Tomados em conjunto, o cenário básico e o atual balanço de riscos indicam não haver espaço para flexibilização da política monetária.

Votaram por essa decisão os seguintes membros do Comitê: Ilan Goldfajn (Presidente), Anthero de Moraes Meirelles, Carlos Viana de Carvalho, Isaac Sidney Menezes Ferreira, Luiz Edson Feltrim, Otávio Ribeiro Damaso, Reinaldo Le Grazie, Sidnei Corrêa Marques e Tiago Couto Berriel.

Trabalhadores criticam manutenção da Selic

21/07/2016 – Fonte: Bem Paraná

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) considerou a manutenção da taxa Selic – juros básicos da economia – em 14,25% ao ano mais um entrave à retomada da atividade econômica. Em nota, a entidade destacou que o setor espera o início da redução dos juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

De acordo com a entidade, a queda gradual dos preços e as indicações de que a inflação em 2017 fechará próxima do centro da meta (4,5%) justificam a retomada da trajetória de queda dos juros. Para a CNI, existem sinais de que o governo buscará o controle dos gastos públicos no médio, o que ajudará na redução dos juros porque menos dinheiro circulando ajuda a segurar a inflação.

“A imposição de limites ao crescimento dos gastos terá um impacto positivo na evolução da dívida e afastará os riscos de insolvência do setor público. Com isso, o país terá condições de controlar a inflação sem depender exclusivamente do aumento dos juros”, destacou a entidade.

Segundo a CNI, a manutenção dos juros básicos em 14,25% ao ano atrapalha a recuperação da economia ao encarecer o crédito para os consumidores e as empresas, desestimulando o consumo e os investimentos.

Juros e desemprego

Também crítica da manutenção da Selic pelo Copom, a Força Sindical avaliou que a decisão do Copom prejudica campanhas salariais do segundo semestre e contribui para o aumento do desemprego.

“Infelizmente, o governo continua sacrificando o crescimento econômico, estrangulando a produção e frustrando a geração de postos de trabalho. Como a atividade econômica continua estagnada, o país perde uma ótima oportunidade de reduzir drasticamente a taxa Selic e, assim, dar uma injeção de ânimo no setor produtivo”, disse, em nota o presidente da Força Sindical, Paulinho da Força.

A entidade sindical disse que vai realizar atos por todo o país cobrando a “redução drástica na taxa de juros e a implementação de políticas que priorizem a retomada do investimento, o crescimento da economia, a geração de empregos, a redução da desigualdade social, o combate à pobreza e uma distribuição justa de renda”.

Já a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) avaliou que o Banco Central exagerou no conservadorismo ao manter a taxa de juros em 14,25%, que poderia ter sido reduzida na reunião desta quarta-feira do Copom. “O cenário já é mais estável do que no passado recente e há condições para o início do processo de redução de juros”, avaliou a entidade, em nota.

“O momento ainda é complicado, mas diante de várias sinalizações positivas de novas diretrizes econômicas para o país, bem como da ligeira desaceleração do IPCA [inflação oficial] e da valorização do real, acredita que há espaço para redução de juros imediatamente”, acrescentou a instituição.

CNI diz que manutenção da taxa Selic é entrave à atividade

21/07/2016 – Fonte: Paraná Online

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) espera que, na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o Banco Central inaugure o ciclo de redução dos juros. Em nota divulgada nesta quarta-feira, 20, para comentar a decisão de hoje do

colegiado, que manteve inalterada a taxa de juros Selic em 14,25% ao ano, a CNI afirma que a manutenção da taxa "representa mais um entrave à retomada da atividade econômica, pois encarece o crédito para os consumidores e as empresas, desestimulando o consumo e os investimentos".

A entidade lembra que a Sondagem Industrial de junho mostrou que a alta taxa de juros foi o terceiro principal problema enfrentado pela indústria brasileira no segundo trimestre deste ano, atrás apenas da carga tributária elevada e da demanda interna insuficiente.

"A CNI considera que a queda gradual dos preços e as indicações de que o País alcançará a meta de inflação em 2017 justificam a retomada da trajetória de queda dos juros. Além disso, há sinais claros de que o governo buscará o controle das contas públicas no médio prazo. A imposição de limites ao crescimento dos gastos terá um impacto positivo na evolução da dívida e afastará os riscos de insolvência do setor público. Com isso, o País terá condições de controlar a inflação sem depender exclusivamente do aumento dos juros", diz a entidade em nota.

Artigo: Copom: pedir sempre pode, o duro é aguentar a resposta

21/07/2016 – Fonte: G1

Táí uma coisa que não estava em nenhum cenário sobre a condução da política econômica do governo de Michel Temer: declarações perigosas sobre a taxa de juros em pleno dia de reunião do Copom.

Nesta quarta-feira (20), Ilan Goldfajn presidiu o primeiro encontro do comitê desde que assumiu a presidência do Banco Central. Ninguém esperava nada diferente do que a manutenção da taxa em 14,25% ao ano depois de todas as sinalizações dadas até agora pela nova diretoria do BC.

O que também ninguém esperava era que um alto ministro do governo desse palpite sobre os juros em dia de decisão.

Foi o que fez o ministro Eliseu Padilha, da Casa Civil. Padilha não se conteve e soltou um comentário indesejável sobre o que esperar do BC. "Se analisarmos todos os indicadores, vamos ver que os economistas do Brasil estão dizendo que, forçosamente, teremos queda nos juros. Isso agrada o presidente, e ele vê com bons olhos se nós pudermos (baixar). Mas temos que respeitar a autonomia do BC", disse Padilha.

Ah bom! Folgamos em saber que o BC pode trabalhar sem pressão! Para conter a onda de desconforto gerada pela declaração de seu ministro, o presidente interino soltou comunicado para garantir a "autonomia" do Copom.

Não foi por isso que as explicações dadas pelos diretores do Comitê no documento divulgado após a decisão foram tão extensas e explícitas. Também não foram para frustrar o ministro Padilha, apesar de ter este efeito porque o Copom avisou que não há espaço para baixar os juros.

Na visão de Ilan e seus companheiros de BC, ainda há riscos nada desprezíveis para sair se aventurando com a economia. Os mais relevantes, apontados por eles são: inflação corrente mais alta e persistente; incertezas sobre ajuste fiscal – aqui não está escrito, mas nem precisava. Sem o ponto final do processo de impeachment, não há ambiente político para avançar com aprovação das medidas mais importantes.

Um ponto interessante que apareceu no comunicado do Copom foi sobre a memória inflacionária do brasileiro e a utilização dos mecanismos de proteção à moeda que mantêm ativo o processo de aumento de preços, independentemente do crescimento da economia.

O Brasil tem um gatilho indexador muito forte, até hoje é assim e é muito difícil combatê-lo quando vivemos tamanha instabilidade. Este quadro todo mantém as expectativas para inflação futura longe da meta de 4,5% para 2017. Apesar de já estarem recuando, o mercado espera um IPCA de 5,3% para o ano que vem.

Há também ressalvas positivas no recado do BC. A ociosidade na cadeia produtiva abre espaço para retomada do crescimento sem pressão sobre os preços – até porque, aponta a análise do Copom, há sinais claros de estabilidade na atividade econômica no curto prazo e a oportunidade de fazer as reformas gerando recuperação da confiança quando a política atravessar a barreira da indefinição provocada pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Colocadas as questões acima diretamente ligadas à decisão do Copom, proponho outra: por que diabos não se pode falar sobre taxa de juros no Brasil? Por que tantos dedos e cuidados para se pedir uma coisa tão boa para o país?

Afinal, quem, com mínimo de bom senso, rejeitaria juros mais baixos para uma economia tão grande e promissora? A culpa é da credibilidade. Este é tema recorrente quando se fala em controle da inflação e da estabilidade da moeda. Se o guardião da estabilidade está sob pressão política ou interesses individuais de governos, pode colocar a moeda em risco – uma história que conhecemos muito bem.

Parte daquela memória inflacionária apontada pelos diretores do BC no comunicado sobre a última decisão sobre os juros vem exatamente desta desconfiança “nata”, incrustrada e resistente que a sociedade brasileira carrega ao longo de tantos anos de aventuras econômicas.

O processo de amadurecimento da moeda e da segurança das pessoas sobre o futuro é complexo e pode levar muito tempo. Mesmo depois do Plano Real ainda não conseguimos avançar a ponto de podermos falar de juros à vontade – digo, as autoridades, os governantes. Há sempre a desconfiança de que algo será feito ao contrário do que seria correto, mesmo que a gente não entenda tão bem sobre o assunto.

E não vai ser apenas uma autonomia aprovada pelo Congresso Nacional que vai instituir a liberdade de expressão sobre os juros. Serão anos de estabilidade e inflação sob controle e na meta estabelecida, sem efeitos nefastos sobre o crescimento da economia, que podem nos livrar das amarras da falta de credibilidade do Banco Central.

Credibilidade esta que foi absolutamente comprometida nos cinco anos de Alexandre Tombini como presidente, sob os mandos e desmandos da presidente Dilma – o que nos afastou um pouco mais do ponto de equilíbrio e vai nos tomar mais tempo para corrigir.

Como dizia meu pai, Hugo Herédia, pedir sempre pode. O duro é aguentar a resposta.

(Thais Heredia- jornalista, especialista em economia, colunista da Globo News)

Cheques honrados alcançam 97% no primeiro semestre

21/07/2016 – Fonte: Bem Paraná

Os brasileiros se mantiveram cautelosos ao utilizar o cheque nos primeiros seis meses deste ano. De acordo com a Pesquisa de Inadimplência da Telecheque, serviço oferecido pela Multicrédito, 97% dos pagamentos realizados com cheques foram honrados no primeiro semestre de 2016.

Em junho o indicador ficou em 96%, estável na comparação com o índice do mês anterior, situação que surpreende, frente a grave crise econômica que assola o País. "Em tempos de crise o consumidor tende a ficar mais cauteloso e diminuir seus gastos.

Com essa movimentação, já é possível perceber que ele está se organizando para diminuir o risco de se tornar inadimplente", ressalta Walter Alfieri, diretor de Crédito, Risco e Business Intelligence da MultiCrédito.

Ainda segundo a pesquisa, o valor médio de compras em cheque no primeiro semestre foi de R\$ 1.052,30. Já na comparação entre os números de junho e maio, houve crescimento de 1%, passando de R\$ 1.068,00 para R\$ 1.079,00.

Uso do crediário por aposentados e pensionistas cresce em junho

O uso de crediário entre os aposentados e pensionistas cresceu 1% em junho. De acordo com a Pesquisa Nacional sobre Liquidação de Crediário realizada pela MultiCrediário®, os pagamentos honrados no mês ficaram em 99,81% – crescimento de 9,7% em relação ao resultado do mês de maio. Já no indicador geral o volume de pagamentos honrados cresceu 15,73%, passou de 86,15% em maio para 99,71% no último mês.

Consumo continua em queda, apesar da melhora nas expectativas

21/07/2016 – Fonte: Paraná Online

Embora as expectativas em relação à economia brasileira tenham melhorado, com até o Fundo Monetário Internacional (FMI) revendo para cima as projeções de desempenho, os indicadores da economia real continuam ruins, especialmente os de consumo. O cenário é negativo tanto para as vendas neste início de trimestre como para os próximos dois meses. Alguma recuperação é esperada só no ano que vem, concordam especialistas em varejo.

As consultas para vendas no varejo na cidade de São Paulo encerraram a primeira quinzena de julho com queda 9,2% em relação aos mesmo dias de 2015, segundo dados da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

O tombo ocorreu principalmente nos negócios à vista, que dependem da renda e tiveram retração de 14,1% ante o mesmo período do ano passado. Nas consultas para vendas a prazo o recuo foi de 4,3%, nas mesmas bases de comparação.

"Houve uma pequena redução no ritmo de queda e tudo indica que a recuperação nas vendas pode demorar mais", afirma o economista da ACSP, Emílio Alfieri. No primeiro semestre deste ano em relação a igual período de 2015, a retração no número de consultas para vendas à vista e a prazo tinha sido de 11,1% e nos primeiros quinze dias de julho o recuo foi dois pontos percentuais menor.

Desemprego e juros em alta e renda em queda prejudicam os negócios. "Na verdade, o novo governo tomou medidas para enxugar o orçamento, mas isso não estimula o consumidor", diz o economista da ACSP. Na sua avaliação, a recuperação está mais no plano das expectativas e na área empresarial.

Intenção

Esse quadro que já aparece no movimento do varejo no início deste semestre é confirmado pelo cenário de consumo traçado para os próximos dois meses. Pesquisa de Intenção de Compra no Varejo realizada pelo Instituto Brasileiro de Executivos no Varejo e Mercado de Consumo (Ibevar) mostra que apenas 37% dos paulistanos pretendem ir às compras entre julho e setembro.

É o resultado mais baixo de intenção de compras para o período em 14 anos. A enquete, feita com cerca de 500 consumidores na cidade de São Paulo, mostra que a intenção de compras ainda é negativa para a maioria dos itens pesquisados.

"Mudou o governo federal, mas a trajetória do consumo continua em queda", diz o presidente do Ibevar, Claudio Felisoni de Angelo. Ele destaca que um dado importante da pesquisa é que sobra ainda muito pouco da renda disponível para compras, cerca de 5%, depois de pagas todas as despesas obrigatórias.

Além disso, Felisoni observa que variáveis importantes para o consumo, como o desemprego e o medo de ficar desempregado, continuam em alta, além do fato de a taxa de juros estar em níveis elevados, o que inibe as compras a prazo.

Por causa desses fatores, o presidente do Ibevar acredita que a retomada das vendas no comércio varejista será muito lenta. "Acho que poderá ocorrer alguma reação a partir do final do primeiro trimestre de 2017."

Também para Alfieri, da ACSP, o crescimento no varejo deve ocorrer só no ano que vem, quando o governo baixar os juros e as empresas pararem de demitir.

Moody's alerta para vulnerabilidade de emergentes por aumento de dívida externa; destaca Brasil

21/07/2016 – Fonte: R7

A agência de classificação de riscos Moody's disse nesta quarta-feira que as economias emergentes estão ficando cada vez mais vulneráveis a choques externos após uma década de aumento da dívida, destacando que na América Latina, as dívidas cresceram mais rapidamente no Brasil e no México.

No relatório, a Moody's disse esperar que o crescimento econômico global permaneça fraco no médio prazo e que os preços das commodities fiquem baixos por vários anos, o que deve afetar a receita em dólares e acumulação de reservas de países exportadores de commodities.

"O potencial de desaceleração no fluxo de capitais, caso os juros nos Estados Unidos continuem a subir, também exacerbaria a situação da dívida nas economias emergentes", disse a Moody's documento.

A dívida externa total dos mercados emergentes e de fronteira --definida como a dívida de residentes em um país com não residentes-- quase triplicou de 3,0 trilhões de dólares em 2005 para 8,2 trilhões de dólares o final de 2015, disse a Moody's, acrescentando que o aumento foi liderado pelo setor privado.

Desde 2005, segundo a Moody's, a dívida externa privada cresceu a um ritmo anual de 14,3 por cento, comparado a 5,9 por cento da dívida externa do setor público.

Segundo o comunicado, a dívida no Brasil é que cresce mais rapidamente na América Latina levando a relação entre a dívida externa e o Produto Interno Bruto (PIB) para 38 por cento em 2015, ante 22 por cento em 2005.

"Apesar de ser um nível relativamente baixo dentro do contexto global, a proporção vai continuar crescendo se a economia do Brasil contrair mais", disse a Moody's no relatório.

Tribunais trabalhistas reverterem até 78% das dispensas por justa causa

21/07/2016 – Fonte: R7

É difícil que a Justiça do Trabalho concorde com uma dispensa por justa causa. De acordo com levantamento do escritório Rocha, Ferracini, Schaurich Advogados, entre 70% e 80% das demissões por justa causa são revertidas pelo Judiciário, que acaba condenando as empresas a readmitir os funcionários ou a pagar as indenizações próprias de dispensas sem justa causa.

A pesquisa, feita a pedido da revista eletrônica Consultor Jurídico, levou em conta duas bases de dados: decisões de 2014 dos tribunais regionais do trabalho de Campinas (15ª Região) e de São Paulo (2ª Região); e decisões tomadas entre 15 de julho de 2015 e 15 de julho deste ano no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede no Rio Grande do Sul.

Nos tribunais paulistas, 78% das demissões por justa causa analisadas foram revertidas. Na corte gaúcha, a taxa de reversão foi de 71%.

De acordo com o levantamento, a maior causa de reversão foi “ausência de prova de justa causa”. Em segundo lugar, ficou a desproporcionalidade da demissão como punição pelo comportamento do trabalhador.

Os motivos mais alegados pelas empresas são desídia, faltas e atrasos, indisciplina e abandono do emprego, nessa ordem, afirma o escritório. E os casos com maior índice de reversão seguem a mesma ordem.

Questão de prova

Segundo o advogado Eduardo Ferracini, sócio da banca que fez a pesquisa, o maior problema das demissões por justa causa é a prova. É difícil provar que um funcionário age com desídia, ou que suas faltas e atrasos são imotivados.

O senso comum, diz ele, é afirmar que a Justiça do Trabalho é pró-trabalhador, mas a questão é um tanto mais complexa. “A Justiça do Trabalho de fato não é imparcial. Infelizmente, ainda existe essa cultura. Mas também vemos que as empresas não estão preparadas para enfrentar um processo judicial. A maioria delas é pequena, e não se preocupa em registrar o comportamento do funcionário por meio de relatórios, por exemplo”, analisa.

Ferracini, especialista em Direito Empresarial, afirma que a grande maioria das empresas brasileiras não tem orientação jurídica nessa área. Isso faz com que elas não observem as exigências legais para uma demissão por justa causa.

Por exemplo, demitem sem antes aplicar qualquer tipo de sanção. Isso costuma ser interpretado como uma punição desproporcional, aponta o advogado. “Muitos empresários acreditam que basta alegar um dos motivos do artigo 482 da CLT para que esteja configurada a justa causa, mas não é bem assim. A prova é sempre fundamental.”

É aí que entra a porção pró-trabalhador da Justiça do Trabalho. Segundo Ferracini, além de elencar um dos incisos do artigo 482 da CLT, a empresa tem de comprovar que a demissão foi motivada única e exclusivamente pelo funcionário, e que não lhe restou outra escolha a não ser mandá-lo embora.

Crise

Melhor, então, nunca demitir por justa causa? “Abrir mão antes de começar a discutir nunca é a melhor solução para um problema”, comenta Ferracini. O melhor remédio para isso, diz, é uma boa orientação jurídica.

O advogado conta que, com a crise econômica, tem conseguido costurar "bons acordos". "Sei bem as dificuldades de uma empresa pequena e entendo que elas são maioria no Brasil. Mas é fundamental que se desenvolva uma política de recursos humanos na empresa já com essa preocupação do acompanhamento das atividades dos empregados."

Volkswagen tem lucro acima do esperado, mas tem novo impacto com escândalo dieselgate

21/07/2016 – Fonte: R7

A Volkswagen afirmou nesta quarta-feira que cortes de custos e aumento de vendas de veículos na Europa ajudaram o grupo alemão a ter resultado trimestral acima do esperado, mas a empresa teve de fazer outra provisão de 2,2 bilhões de euros para cobrir custos relacionados ao escândalo "dieselgate".

A maior montadora de veículos da Europa está tentando recuperar sua reputação após admitir em setembro passado que incorporou software ilegal para desativar controles de emissão de poluentes em cerca de 11 milhões de veículos a diesel vendidos no mundo.

Alguns analistas disseram que o resultado melhor que o esperado para o primeiro semestre sinaliza que a recuperação da empresa pode estar ocorrendo. As ações da empresa tinham alta de 6 por cento às 14h34 (horário de Brasília).

Mas a empresa afirmou que registrou provisão de 2,2 bilhões de euros "principalmente relacionada a riscos legais adicionais surgindo predominantemente na América do Norte". Três Estados dos EUA anunciaram na terça-feira processos civis afirmando que executivos da companhia encobriram evidências de que a montadora fraudou testes de emissões de poluentes durante anos.

A empresa já fez provisões de 18 bilhões de dólares para cobrir os custos do escândalo de emissões.

Num informe não esperado com resultados preliminares (o oficial deve ser divulgado em 28 de julho), a Volkswagen afirmou que o lucro operacional do semestre antes de eventos não recorrentes subiu 7 por cento, a 7,5 bilhões de euros.

O analista Arndt Ellinghorst, da Evercore ISI, afirmou que o número indica que o lucro operacional da Volkswagen no segundo trimestre foi cerca de 1 bilhão de euros acima da média de previsões do mercado.

Incluindo eventos recorrentes, o lucro operacional recuou 22 por cento, para 5,3 bilhões de euros.

FMI vê crescimento do PIB em 2017 mesmo com desemprego elevado

21/07/2016 – Fonte: G1



O Fundo Monetário Internacional (FMI) espera que a economia brasileira atinja seu ponto mais baixo este ano, para ter "algum crescimento positivo em 2017", mesmo com a demanda limitada pelo "nível elevado de desemprego", avalia o diretor do hemisfério ocidental do órgão, Alejandro Werner, em relatório divulgado nesta quarta-feira (20).

Previsões do FMI para 2016

"No Brasil, o PIB continuou em queda no primeiro trimestre, mas por uma margem menor do que o esperado, o que implica que a contração amplamente prevista para 2016 será menos aguda do que se antecipava", afirma no documento.

Werner também destacou que o governo interino no Brasil formulou uma estratégia de redução gradual do déficit – com previsão de um resultado negativo de R\$ 139 bilhões no próximo ano – para tentar conter o que ele chamou de "pressões insustentáveis sobre os gastos a médio prazo".

"A estratégia de consolidação proposta foi bem recebida pelos mercados, e o governo terá de se concentrar em superar os desafios para a sua implementação", diz o diretor do FMI.

O FMI está um pouco menos pessimista em relação à economia brasileira. Em relatório divulgado na terça-feira (19), o fundo melhorou pela primeira vez – após cinco revisões para baixo – sua projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) do país este ano. A expectativa agora é que a economia brasileira "encolha" 3,3% em 2016 – ante uma queda de 3,8% estimada em abril.

Perspectivas para a América Latina

O relatório aponta, ainda que o referendo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia provocou um forte aumento da volatilidade nos mercados financeiros globais, afetando sobretudo os preços das ações e as taxas de câmbio.

Em sua última revisão, o FMI previu que os países da América Latina e Caribe devem "encolher" 0,4% este ano – uma piora de 0,1 ponto percentual em relação à última previsão. "Embora a exposição comercial direta dos países da América Latina e Caribe ao Reino Unido seja pequena (cerca de 1% do total das exportações, em média), a região está exposta à desaceleração mais ampla no resto do mundo – através das interligações comerciais e financeiras – e à inconstância do sentimento dos investidores", conclui.

Ao mesmo tempo, continua Werner, o ritmo mais gradual de normalização da política monetária nos Estados Unidos, com a compressão do prêmio de prazo dos títulos norte-americanos, deve ajudar a conter as pressões sobre o custo do financiamento para os setores público e privado.

Ele também menciona a recuperação dos preços das commodities em relação ao piso visto em fevereiro de 2016. Apesar disso, eles ainda devem permanecer baixos no futuro próximo, acredita. "Essa situação tem sido acompanhada por uma interrupção – ou mesmo reversão – das grandes desvalorizações cambiais em algumas das maiores economias da região", diz no documento.

Evonik inaugura sua 1ª fábrica de sílica no Brasil

21/07/2016 – Fonte: Automotive Business



A Evonik, empresa do ramo químico com sede na Alemanha, abriu na quarta-feira, 20, as portas de sua quarta fábrica no Brasil, uma nova unidade dedicada à produção de sílica precipitada, incluindo a de alta dispersão (HDS). Localizada no complexo industrial de Americana (SP), a planta consumiu parte do investimento de € 200 milhões, que também sustentou a abertura de outras duas fábricas no País e atenderá

principalmente os fabricantes de borracha, especialmente para a produção do chamado pneu verde.

Totalmente moderna e automatizada, a nova fábrica que gerou 40 empregos diretos faz parte da estratégia da empresa em expandir sua produção global de sílica, que cresceu 40% entre 2010 e 2016.

A fabricação do insumo pela Evonik está concentrada atualmente em dez países: Alemanha, China, Espanha, Estados Unidos, Índia, Japão, Tailândia, Taiwan, Turquia e a décima no Brasil. A produção da planta paulista atenderá também outros setores como agroquímico, alimentos e nutrição animal.

“Com este novo projeto que foi anunciado há dois anos e concluído no tempo previsto vamos atender as necessidades dos clientes globais regionalmente”, afirmou Weber Porto, diretor presidente da Evonik para a América do Sul e Central, durante a cerimônia de inauguração da fábrica.

Ele contou que em sua trajetória no País, a empresa, que começou em 1953 ainda com o nome de Degussa, já havia produzido sílica por aqui a partir de uma joint venture que também funcionava em Americana.

“Saímos deste mercado e depois de muita análise, chegou a hora certa de voltar. Haverá um aumento expressivo da demanda por pneu verde a partir da nova legislação de etiquetagem que entra em vigor em outubro próximo”, completa Porto.

Pela lei, os pneus apresentarão uma etiqueta conferida pelo Inmetro que trará três informações principais aos consumidores: o nível de resistência, de derrapagem em solo molhado e de ruído do pneu, semelhante às etiquetas inseridas em produtos da linha branca.

Estrategicamente localizada, a planta em Americana está próxima de importantes polos produtivos, inclusive de fabricantes de pneus. Para Porto, apesar de o País estar atravessando um momento difícil na área política e econômica, há indicadores que já apontam para resultados positivos em 2017, como o crescimento do PIB em 2% após dois anos em recessão.

“Quando se fala em investimento, sempre pensamos no futuro. A indústria nacional já está utilizando pneu verde e essa demanda vai continuar crescendo. Além disso, não podemos esquecer do mercado de reposição, que está em alta”, argumenta.

Para a fabricação de pneus, a sílica combinada com silano (sílica-silano) confere elevada qualidade e características diferenciadas para o pneu verde. Uma vez substituindo parte do negro de fumo na composição da borracha para a produção do pneu, o uso da sílica-silano promove uma melhora significativa na resistência ao rolamento.

“Esta combinação proporciona uma redução de até 8% no consumo de combustível e, conseqüentemente, de emissões”, explica Ralf Ahlemeyer, diretor de eficiência de recursos da Evonik para a América do Sul.

Segundo o executivo, o aumento da demanda por pneu verde no Brasil por si só já era o necessário para a Evonik decidir investir na produção de sílica no Brasil, mas a legislação foi determinante:

“Acredito que a legislação de etiquetagem de pneus aliada ao Inovar-Auto que incentiva a eficiência energética foi o ‘algo a mais’ que impulsionou este projeto”, afirma. “Além de ser ecologicamente correto, o pneu verde apresenta outra vantagem: é muito mais economicamente viável do que desenvolver ou adotar outros mecanismos para a redução do consumo de combustível. Acredito que a partir de 2018

haverá uma troca geral do pneu convencional para o pneu verde por parte das montadoras”, projeta Ahlemeyer.

Empresa recebe aportes milionários para criar “Waze dos carros autônomos”

21/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Um dos maiores equívocos sobre o carro autônomo do Google é que o motorista (ou, neste caso, o passageiro) poderá abrir o Google Maps, escolher um destino e dizer para o carro ir até lá. Para aprender novas rotas, o veículo primeiro tem que ser “treinado” por um condutor humano por uma ou duas vezes. Além disso, na verdade o carro nem sequer conversa com o Google Maps, por razões de segurança e engenharia.

Mas agora, uma série de organizações, incluindo a Ford Motor, Universidade de Stanford e uma firma de investimentos liderada pelo cofundador do Yahoo Jerry Yang, investiram US\$ 6,6 milhões em uma companhia que promete driblar esses problemas de navegação ao criar um sistema barato de mapas detalhados que carros autônomos poderão usar enquanto se deslocam. E esses mapas serão criados por motoristas comuns como você, de acordo com a Civil Maps, a empresa por trás da ideia.

Neste sentido, o conceito é bastante similar a outro famoso produto do Google, o Waze, aplicativo que transforma cada usuário em um transmissor de dados. Ele permite que motoristas reportem congestionamentos, acidentes e outros problemas que possam causar atrasos ou perigos a outros condutores, resultando em um mapa comunitário que todos podem ler.

O que a Civil Maps quer é criar um Waze para carros autônomos – mas um que consiga retratar uma imagem de tudo o que ocorre no trânsito, desde padrões de tráfego até locais de obras. Usando um conjunto de software e hardware, carros equipados com a tecnologia da Civil Maps serão capazes de “ler” placas de trânsito, semáforos e avisos, então comprimir todos esses dados e carregá-los por meio de uma rede de celular.

No conjunto, é fácil entender porque esse tipo de dado é útil para carros autônomos. A inteligência artificial por trás da tecnologia da Civil Maps sabe, por exemplo, que certas faixas na ponte Golden Gate, em São Francisco (EUA), mudam de sentido em diferentes momentos do dia, de acordo com a hora do rush. Para um carro autônomo, pode ser importante saber com antecedência quando não dirigir na contramão.

O conjunto de sensores é muito mais barato do que os equipamentos que o Google coloca em seus carros do Street View, afirma o cofundador da Civil Maps Sravan Puttagunta, o que o torna viável financeiramente para ser instalado em veículos comuns.

A Civil Maps está em negociação com montadoras na China, Japão, Coreia do Sul e Estados Unidos para ter seus sensores instalados nos carros dessas empresas – Puttagunta não cita o nome específico das fabricantes.

Hoje em dia, a maioria dos dados de mapas online é atualizada a cada poucos meses, na melhor das hipóteses, porque é muito caro carregar esses dados via conexões sem fio – o que é parte do motivo porque carros autônomos ainda não estão prontos para serem adotados, afirma Puttagunta.

“A infraestrutura das ruas pode mudar em questão de dias ou semanas, então se você não atualizar seu mapa, você pode acabar caindo em situações em que não é possível confiar tanto nos dados que tem à mão”, diz o cofundador da Civil Maps.

Esse tipo de problema coloca pressão para os carros autônomos confiarem mais em sistemas em tempo real de resposta rápida, que são relativamente pouco testados em comparação com os softwares de rotas verificadas que milhões de pessoas usam em seus aplicativos diariamente.

A indústria de veículos está correndo para desenvolver tecnologias que irão levar a carros inteiramente autônomos. Não é apenas o Google que está nesta disputa: BMW, Tesla, General Motors e outras estão no jogo. E isto explica porque a Ford está tão interessada na Civil Maps. Ao contrário do Google, que tem ampla experiência em cartografia, a Ford precisará – e logo – ter acesso a muita informação sobre mapas se quiser que seus carros autônomos funcionem bem.

“Investir na Civil Maps e trabalhar com a empresa nos dará uma maneira adicional de desenvolver mapas 3D em alta resolução”, afirma a montadora, “o que trará carros totalmente autônomos da Ford a um passo mais próximo da realidade para consumidores”.

Tesla prepara novo plano estratégico de produto

21/07/2016 – Fonte: Automotive Business



A Tesla está prestes a anunciar seu novo plano estratégico de produto, conforme adiantou Elon Musk, o inovador CEO da companhia, em post no Twitter na quarta-feira, 20. A expectativa é de que a empresa vá além de oferecer carros elétricos e invista em energia renovável, oferecendo outros produtos e serviços.

O executivo já declarou em diversas ocasiões que a meta de unir os veículos da marca com produtos da SolarCity, empresa de energia solar também presidida por Musk. Ele, que tem fatia de 22% na companhia, chegou a propor a compra do controle acionário pela Tesla, que passaria a oferecer uma gama de produtos zero emissão, incluindo os carros e casas.

Empresa cria interface na nuvem para autônomos

21/07/2016 – Fonte: Automotive Business

A empresa Here, especializada em sistemas de localização em nuvem, desenvolveu uma proposta de interface universal para a troca de dados entre veículos autônomos. Denominada Sensoris, ela atua serve como protocolo-padrão para envio e recebimento de informações coletadas por sensores de automóveis, independentemente da marca.

Com ela é possível criar uma grande rede de dados sobre a situação do tráfego e das vias, com atualização em tempo real, a fim de informar e conectar os futuros carros autônomos. O projeto Sensoris foi iniciado há pouco mais de um ano e recentemente a tecnologia foi apresentada à Ertico ITS Europe, associação de cerca de 100 empresas

e instituições envolvidas com o desenvolvimento de sistemas de transporte inteligentes. Com isso, Aisin AW, Bosch, Continental, Daimler, Elektrobit, Harman, LG Electronics, NavInfo, Pioneer e TomTom aderiram à plataforma, além da própria Here.

Com a tecnologia, se um carro frear bruscamente por uma obstrução na via, essa informação poderá ser utilizada para alertar os motoristas que estão atrás, reduzindo os riscos de acidente. "Nosso objetivo era encontrar um protocolo específico e que fosse aberto, acessível a todos globalmente", diz Dietmar Rabel, responsável da área de produtos de direção autônoma da Here.

"Definir uma interface-padrão para os sensores dos veículos e de dados na nuvem permitirá amplo acesso, entrega e processamento de dados, enriquecendo os serviços de localização. Essa é a chave para serviços de mobilidade e para a direção autônoma", diz o CEO da Ertico, Hermann Meyer.

A Here tem mais de 30 anos de experiência em cartografia e um grande know-how em serviços de localização em nuvem. Oferece mapas para cerca de 200 países. A empresa pertence ao consórcio constituído pela Audi AG, Grupo BMW e Daimler AG e investe mais de € 500 milhões anualmente em pesquisa e desenvolvimento.

É possível conhecer mais sobre o Sensoris pelo blog [Here 360](#).

Ociosidade tem novo recorde nas autopeças

21/07/2016 – Fonte: Automotive Business



A capacidade ociosa entre os fabricantes de autopeças chegou a 51,6% em maio, marcando um novo e triste recorde terceiro mês consecutivo. Trata-se da maior ociosidade desde que o atual método de medição foi adotado, em 2010.

A baixa ocupação se reflete nos empregos do setor, que de janeiro a maio recuaram 16,2% em relação ao mesmo período do ano passado. Os números foram divulgados pelo Sindipeças, entidade que reúne fabricantes da indústria de componentes automotivos.

Nos primeiros cinco meses de 2016, o faturamento do setor recuou 8,7% em relação aos mesmos meses de 2015. Os números negativos resultam da queda de 17,1% das vendas às montadoras, que respondem por cerca de 55% do faturamento total do setor.

As exportações anotaram alta de 5,4% neste mesmo intervalo, mas, quando convertidas em dólar, exibem retração de 17,3%. O mercado de reposição registrou pequeno acréscimo de 1,6% no período.

No mês de maio isoladamente, o aftermarket respondeu por mais de 20% do faturamento dos fabricantes. Os negócios intrassetoriais tiveram importante aumento de 6,4% no confronto com o período janeiro-maio de 2015.

Lucro da Daimler sobe 7%, para 2,4 bilhões de euros

21/07/2016 – Fonte: Exame



A montadora alemã Daimler informou hoje que seu lucro líquido subiu 7% no segundo trimestre ante igual período do ano passado, a 2,4 bilhões de euros.

Na mesma comparação, a receita avançou 3%, a 38,6 bilhões de euros, impulsionada pelos bons resultados de sua divisão da Mercedes-Benz e de serviços financeiros.

O Ebit da Daimler, que é acompanhado de perto pelos investidores como uma indicação de seu desempenho subjacente, caiu 12%, a 3,3 bilhões de euros, afetado por despesas extraordinárias.

Com ajustes, o Ebit subiu 6%, a 3,97 bilhões de euros.

Por volta das 8h35 (de Brasília), as ações da Daimler subiam 1,51% na Bolsa de Frankfurt.

GM eleva perspectiva de lucro anual após forte resultado do 2o trimestre

21/07/2016 – Fonte: R7

A General Motors elevou sua estimativa de lucro anual depois de divulgar resultado recorde para o segundo trimestre que superou com folga previsões de Wall Street.

A montadora norte-americana de veículos teve lucro líquido de 2,87 bilhões de dólares no segundo trimestre, ou 1,81 dólar por ação, ante 1,1 bilhão de dólares, ou 0,67 dólar por papel, no mesmo período do ano passado.

Com o resultado, a empresa elevou a expectativa de lucro ajustado antes de juros e impostos para entre 5,50 e 6,00 dólares por ação ante estimativa anterior de 5,25 a 5,75 dólares por papel.

Mais de 90 por cento do lucro antes de impostos da empresa veio da América do Norte, onde as margens de lucro subiram para 12,1 por cento ante 10,5 por cento um ano antes.

A GM também divulgou seu primeiro lucro trimestral na Europa em cinco anos, mas alertou que turbulências criadas pela decisão do Reino Unido de sair da União Europeia podem cortar 400 milhões de dólares do resultado da companhia no continente no segundo semestre.

SoftBank anuncia compra por US\$ 32 bilhões da criadora de chips ARM

21/07/2016 – Fonte: CIMM

A SoftBank anunciou acordo para comprar a projetista britânica de chips ARM por 24,3 bilhões de libras (US\$ 32,2 bilhões) em dinheiro, em uma aposta audaciosa de que o segmento de máquinas conectadas à Internet vai transformar o grupo japonês.

A tecnologia da ARM, maior companhia de tecnologia em valor de mercado listada em Londres, é usada em processadores que equipam aparelhos de gigantes da eletrônica como Samsung, Huawei e Apple.

Os componentes baseados na tecnologia licenciada pela ARM estão presentes em uma ampla maioria dos celulares inteligentes do mundo e o grupo britânico tem se expandido para outras frentes que incluem dispositivos conectados à Internet.

A ARM é considerada como ponto central da mudança da tendência da indústria da tecnologia rumo à Internet das Coisas, como é conhecida a tecnologia em que aparelhos domésticos, veículos e sensores em edifícios, por exemplo, coletam e trocam dados.

O negócio anunciado nesta segunda-feira é o maior já feito pela SoftBank, fundada por Masayoshi Son. A companhia que atua nos mercados de tecnologia e telecomunicações tem ativos que incluem a operadora norte-americana Sprint à participação na gigante chinesa de comércio eletrônico Alibaba e o robô humanóide "Pepper", mas ainda não tinha uma grande presença na indústria de semicondutores.

Sob a oferta apoiada pelo conselho de administração da ARM, a SoftBank vai pagar 17 libras por cada ação da empresa britânica, um ágio de mais de 40% sobre o fechamento do papel na sexta-feira. As ações da ARM disparavam mais de 42% às 8h12 (horário de Brasília).

"Esta é uma das mais importantes aquisições já feitas e eu espero que a ARM seja um pilar fundamental da estratégia de crescimento da SoftBank", disse Son em comunicado.

Son, cujos investimentos iniciais incluem o Alibaba, afirmou que quer "cimentar a SoftBank 2.0", recuperar a deficitária Sprint e "trabalhar em algumas ideias loucas".

A aquisição da Sprint por US\$ 22 bilhões em 2013 deixou a SoftBank com uma dívida pesada. O endividamento era de 11,9 trilhões de ienes no final de março, incluindo 4 trilhões na Sprint.

Dassault Systèmes e Grupo Airbus expandem colaboração para manufatura aditiva

21/07/2016 – Fonte: CIMM

A plataforma 3DExperience é a base central de programas que integram design, simulação e produção de aeronaves

A Dassault Systèmes, a empresa 3DExperience, líder mundial em software de projetos 3D, 3D Digital Mock Up e Product Lifecycle Management (PLM), anuncia que o Grupo Airbus, após dois anos de profunda avaliação comparativa, está expandindo o uso da plataforma 3DExperience para seus programas de manufatura aditiva que integram design, simulação e produção.

O Grupo Airbus adotará as aplicações de design colaborativo e simulação da Dassault Systèmes como parte da experiência de solução industrial "Co-Design to Target", para a manufatura aditiva de ferramentas, protótipos e peças para voos de teste e para a produção de aeronaves comerciais.

A adoção oferece ao Grupo Airbus continuidade digital para otimizar seus projetos conceituais por meio da validação virtual de cada fase do processo de manufatura aditiva.

Ao alavancar as soluções da Dassault Systèmes e sua própria liderança e expertise em engenharia de manufatura aditiva, o Grupo Airbus pode explorar mais possibilidades em design e manufatura para atender aos requisitos de engenharia e fabricação para a manufatura aditiva de peças e ferramentas.

A manufatura aditiva, também conhecida como impressão 3D, é uma alternativa para processos de produção como fresagem, fusão, fundição e forjamento de precisão. Já adotada pela indústria aeroespacial para o design criativo de produtos e prototipagem, a manufatura aditiva está se expandindo gradualmente para produção em larga escala.

A experiência de solução industrial "Co-Design to Target" alavanca aplicações de manufatura aditiva para oferecer alta flexibilidade no design, produção e testes de peças. Isso ajuda a reduzir desperdícios e custos associados à fabricação de peças complexas de aeronaves, sem redução na força ou no desempenho.

"Diversos projetos da Airbus estão acelerando o uso da manufatura aditiva para produzir tanto protótipos como componentes de produção com potencial para entregar peças mais leves e com menor custo que atendam aos padrões tecnológicos de desempenho, segurança e de custo", diz Robert Nardini, Vice-Presidente Sênior de Engenharia de Estrutura de Aeronaves da Airbus.

"Há tempos a Airbus utiliza as aplicações de simulação da Dassault Systèmes para acelerar a análise estrutural e o teste virtual das aeronaves e, agora, podemos definir uma nova forma de criar peças por meio do design baseado em simulação para melhor atender às necessidades do mercado da aviação."

"A manufatura aditiva cria novas oportunidades em diferentes áreas, como a fabricação remota para suporte e manutenção, prototipagem rápida para obter novos conceitos e experiências e, talvez ainda mais importante, o desenvolvimento de projetos que até então eram impossíveis de fabricar", afirma Dominique Florack, Vice-Presidente Executivo Sênior de Pesquisa & Desenvolvimento da Dassault Systèmes.

"Com essa abordagem, o Grupo Airbus poderá utilizar nossa nova geração do assistente de design automatizado de peças, sendo elas impressas em 3D ou não, acelerando assim uma nova onda de transformação na indústria aeroespacial.

Com a plataforma 3DExperience, entregamos uma solução completa que inclui todos os parâmetros de engenharia para a manufatura aditiva de peças, incluindo ciência de materiais, especificação funcional, design generativo, otimização da impressão 3D, produção e certificação."

Ideias de funcionários geram economia para empresas de SC

21/07/2016 – Fonte: CIMM

Em tempos de crise, a solução pode estar mais perto do que se imagina. O exemplo vem de trabalhadores catarinenses que estão propondo soluções para gerar economia para as empresas onde atuam. E vêm sendo recompensados por isso.

É o caso de uma indústria química de Criciúma, no Sul do estado. Até o ano passado, os tachos usados eram lavados à mão, num trabalho difícil e demorado - a limpeza de cada um deles levava até 40 minutos.

Utilizar uma máquina para fazer esse serviço parecia inviável, já que uma versão importada custaria o equivalente a R\$ 800 mil.

Os próprios funcionários, porém, contornaram o problema e desenvolveram um equipamento que praticamente acabou com o trabalho manual. Por R\$ 61 mil - bem menos do que o maquinário importado -, a empresa ganhou em produtividade: a máquina desenvolvida por eles faz tudo sozinha em apenas cinco minutos.

Além disso, trouxe benefício para a saúde dos funcionários, sem falar na economia anual de R\$ 80 mil com os solventes que antes eram usados na limpeza.

"É um ganho de dez vezes na produtividade", diz o supervisor de produção Gilmar Dalmolin, que teve a ideia com outro colega em um dos grupos de melhorias implantados para incentivar os funcionários a terem ideias inovadoras para aumentar o desempenho e a qualidade de vida.

Inovação e persistência

A filosofia surgiu no Japão e está se espalhando: em Santa Catarina já chegou a pelo menos 36 empresas. "Um processo de inovação tem muitos fracassos. Se a empresa não for persistente, ela vai desistir. Tem que ter sempre essa visão de que a inovação vai dar resultado", diz o vice-presidente da indústria, Edmilson Zanatta.

Em outro caso, a ideia da compra de um equipamento ajudou a solucionar um problema antigo - a empresa gastava em média R\$ 14 mil por mês com nitrogênio usado na produção. O aparelho que separa o nitrogênio presente no ar gera uma economia de R\$ 100 mil ao ano.

"A gente estimula ideias inovadoras, inclusive com premiação financeira. E acaba enraizando essa cultura no pessoal de ter sempre um olhar crítico sobre os processos, para tentar dar sempre uma ideia nova que diminua o trabalho e facilite as atividades", afirma o supervisor de produção André de Martin.

Reaproveitamento de água

Em um laboratório de Criciúma, 30% dos colaboradores participam dos grupos de melhorias. Em um ano, foram 530 ideias. O grupo da enfermeira Aline Pereira Padoin desenvolveu um sistema para reaproveitar a água dos aparelhos de ar condicionado - antes, o laboratório usava 120 litros por de água tratada para limpar os materiais.

"Como a gente está reutilizando a água, a gente deixou de gastar no laboratório e contribui com o meio ambiente. Agora a gente pode usar essa água também em diversos setores da empresa", conta a funcionária.

"Melhoria de processos, redução de custos, otimização: tudo isso é resultado dos grupos de melhorias", reforça a gerente de qualidade Gisele Martinello Gaspodini. A coordenadora de RH Luciana Evangelista reforça a importância do olhar do funcionário para propor alternativas. "A solução está dentro do próprio ambiente, no dia a dia de trabalho. Ninguém melhor do que ele para conhecer e poder inovar."

'Empresas exigirão que rivais sigam as leis', diz especialista

21/07/2016 - Fonte: Em.com

Um ambiente de crescente cooperação internacional, leis mais específicas, independência do Ministério Público e, sobretudo, uma melhora na gestão dos casos. Para Antenor Madruga, especialista em direito empresarial, foi essa conjunção de fatores que tornou possível no País uma operação do porte da Lava Jato, que, em sua avaliação, está mudando a percepção de risco e a conduta das empresas.

"Os empresários estão vendo situações que eram aceitas no passado, mas que hoje trazem risco muito grande, até o fim do próprio negócio", afirma o advogado.

Ex-secretário nacional de Justiça, o advogado foi membro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e coordenador da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), maior iniciativa de congregação de órgãos públicos e entidades ligados à investigação de lavagem de dinheiro.

Funcionário concursado na Advocacia Geral da União (AGU), Madruga optou pela carreira privada e fundou o FeldensMadruga, escritório voltado principalmente ao direito penal empresarial.

Entre os clientes do escritório estão a Carioca Engenharia, envolvida na Lava Jato e uma das primeiras empreiteiras a fechar acordo de leniência com a Justiça.

Leia, abaixo, os principais trechos da entrevista que ele concedeu ao jornal

O Estado de S. Paulo. O que permitiu que a Lava Jato tomasse a proporção que ganhou?

A grande diferença da Lava Jato não é jurídica, é administrativa. O diferencial da Lava Jato começa com a colaboração premiada, que trouxe uma quantidade de evidências mais fortes do que no passado.

Mas, ao lado disso, você tem um juiz que atua em conjunto com uma força-tarefa, prática rara no Ministério Público, e que está dedicado a um só caso. Isso nunca aconteceu. O magistrado para de receber distribuição de processos e o tribunal permite a exclusividade. Essas mudanças nas práticas de gestão explicam, em grande parte, o fenômeno da Lava Jato.

Havia sinais de que uma operação como essa aconteceria?

Sim. As pessoas deram pouca atenção ao que havia de mudanças na estrutura do Estado, na estrutura normativa e as consequências que isso poderia ter. Houve a criação da Lei dos Crimes de Lavagem de Dinheiro, de 1998, a fundação da Encclá (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), em 2003, e os acordos de cooperação internacional.

Ao lado disso, houve o aumento da remuneração e a independência do Ministério Público, a escolha dos procuradores-gerais por lista tríplice, a do procurador-geral da República por indicação de carreira... Quem estava nesse universo sabia que, um dia, esse negócio iria funcionar.

O ambiente internacional de combate à corrupção parece ter sido vital para essa mudança.

O ambiente de cooperação internacional é cada vez mais forte e há leis de vários países que punem a corrupção a funcionários públicos estrangeiros. Portanto, um fato no Brasil hoje é do interesse não só do Ministério Público brasileiro, mas também do Departamento de Justiça dos Estados Unidos ou de outras agências similares. Você tem todo um ambiente que se fechou, o que acabou aumentando tanto o custo quanto o risco dessas operações ilegais.

Está mais arriscado uma empresa se ater a velhas práticas?

Diante disso, os empresários estão vendo situações que eram aceitas no passado, mas que hoje trazem risco muito grande, até o fim do próprio negócio. Os empresários sempre olharam muito com uma régua do presente ou do passado:

"Qual é o risco de ser pego numa situação dessas?" Hoje, pelo o que ocorre na Lava Jato, a percepção de risco está muito maior. Acho que se criou um ambiente que muda o comportamento das empresas.

O que tem mudado nas práticas corporativas?

Existe hoje um movimento que não é só do Brasil, mas no mundo inteiro, de criar programas de prevenção dentro das companhias. No Brasil, por exemplo, a Lei 12.846 impõe a responsabilidade objetiva da empresa.

Ou seja, a companhia é responsável pelo ato do funcionário de um entreposto que pague uma vantagem indevida, uma propina, mesmo sem o conhecimento da empresa, se isso for para benefício dela. Com isso, as companhias estão tendo de se preparar previamente, com programas complexos de prevenção à corrupção, com treinamento, códigos de ética. Coisas desse tipo têm sido muito demandadas.

Com isso, o foco da empresa precisa mudar?

Acho que há uma atitude diferente da empresa diante de uma crise. Antes, a reação era sempre se defender. Hoje, a atitude é de investigação interna. A empresa vai contratar um escritório para apurar internamente e, eventualmente, se propor investigação em conjunto com as autoridades. Porque isso mitiga a responsabilidade dela e mantém a ideia de que a empresa está de boa fé. Assim, ela pode evitar sanções.

O mercado brasileiro finalmente chegou à era do compliance?

Compliance é conformidade com a lei. O que as empresas costumavam dizer? Se não pagar essa vantagem que estão pedindo, o concorrente vai pagar. Hoje, tem uma outra área de advocacia que vai se especializar em fazer com que as empresas forcem seus concorrentes a também agir corretamente.

Um advogado argentino, Guillermo Jorge, trabalha com o conceito de "cartel do bem". Geralmente um cartel é feito para impedir a concorrência. Mas as empresas estão começando a se juntar para forçar suas rivais a terem programas de compliance e a seguir a lei. O novo cenário que vai surgir é aquele em que as empresas vão forçar ao Estado que se imponha a regra da concorrência.

O impacto da Lava Jato foi devastador para alguns setores. Muita gente se pergunta quais serão os próximos efeitos econômicos e políticos da operação. Por um lado, isso vai ser muito ruim para a economia?

Vai. Por outro, muitas pessoas com quem tenho conversado, clientes estrangeiros e fundos de investimento, têm dito que agora, talvez, eles consigam trabalhar muito mais tranquilos no Brasil. Para eles, sempre foi um risco muito grande investir em um país com um alto nível de corrupção, porque isso pode levá-los a uma responsabilidade não só aqui, mas também nos seus países de origem.